

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Manuela Perondi Pavoni

**A Rosa entre Margaridas: análise da trajetória da primeira
presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais no Rio Grande
do Sul (1982 - 1988)**

Porto Alegre

2021

Manuela Perondi Pavoni

A Rosa entre Margaridas: análise da trajetória da primeira presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul (1982 - 1988)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Simone Rodeghero

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Pavoni, Manuela Perondi

A Rosa entre Margaridas: análise da trajetória da primeira presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul (1982 - 1988) / Manuela Perondi Pavoni. -- 2021.

65 f.

Orientadora: Carla Simone Rodeghero.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Trabalhadoras rurais. 2. Sindicalismo. 3. Gênero. 4. Militância. 5. Casca/RS. I. Rodeghero, Carla Simone, orient. II. Título.

Manuela Perondi Pavoni

A Rosa entre Margaridas: análise da trajetória da primeira presidente de Sindicato de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul (1982 - 1988)

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Carla Simone Rodeghero

Aprovado em: 24 de maio de 2021

Conceito: A

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Carla Simone Rodeghero – UFRGS (Orientadora)

Juliana Carolina da Silva - PPGH/UFRGS

Prof^ª. Dra. Natalia Pietra Méndez – UFRGS

AGRADECIMENTOS

Não poderia começar meus agradecimentos senão por ela, a protagonista deste trabalho. Agradeço à Rosa Maria Lorenzatto Tres por me permitir escrever sobre sua trajetória e compartilhar comigo suas vivências. Mais que isso, agradeço por me apoiar para que esse trabalho fosse feito da melhor forma possível, disponibilizando seu acervo pessoal e seu tempo para ajudar na busca de fontes. Espero ter feito um trabalho à altura! Fica o registro do meu carinho e admiração. Agradeço imensamente ao professor e engenheiro agrônomo da EMATER Antônio César Perin por ter me apresentado Rosa e por ter se disponibilizado a ajudar na realização dessa pesquisa.

Aos meus pais Neri e Onivalda, agradeço pela compreensão por esses anos distante, pela preocupação em me proporcionar as melhores condições para que eu pudesse estudar e me desenvolver. Em especial, à meu pai, agradeço por compartilhar suas histórias de vida que foram a inspiração para despertar o interesse por esse tema. Agradeço também à minha avó Aloyde e à minha tia Luci, por me apoiarem incondicionalmente. Reconheço o privilégio que é ter uma família que fez todo o possível para proporcionar o melhor e, principalmente, por me fortalecerem com todo o amor e afeto. Desenvolver esse trabalho foi uma das formas que encontrei para honrar e agradecer tudo o que vocês representam para mim.

Agradeço à minha orientadora Carla Simone Rodeghero por sua dedicação e paciência, por não medir esforços para contribuir com esse trabalho, apesar de todas as dificuldades. Agradeço pela compreensão, pelas respostas incrivelmente rápidas, pelos comentários cirúrgicos e por apoiar essa pesquisa.

Agradeço ao presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Guaporé, Fernando Marcolin e toda sua equipe por me receberem quando comecei a pesquisa. Agradeço também ao presidente Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca, Nauro Nizzola e sua equipe por me receberem mesmo em meio à pandemia, seguindo todos os protocolos, e por não medirem esforços para colaborar.

Ao meu querido amigo Gabriel, obrigada por não me deixar desistir. Agradeço o apoio incondicional, as ideias, as críticas, o consolo, as revisões, os conselhos. Se cheguei até aqui, boa parte é fruto do teu apoio e amizade.

Agradeço às minhas queridas amigas Rosangela, Ewandra, Larissa, meus colegas do APERS, assim como tantos outros e outras com quem compartilhei a jornada da graduação,

obrigada pelos ensinamentos, pelas trocas e pela parceria. Aos meus queridos Bruno e Maria Eduarda, além da graduação, também estiveram muito presentes no desenvolvimento dessa pesquisa, obrigada por não soltarem minha mão.

À Caroline e Gustavo minha gratidão pelos anos de amizade e, em especial, por terem sido meu porto seguro e meus companheiros durante a pandemia, por terem sido o afeto, a troca e o acolhimento que eu precisava para seguir. Agradeço à Thiane por ter compartilhado o início desse sonho comigo e por sempre estar perto mesmo longe. Agradeço ao Mateus por ter sido uma companhia tão agradável na fase final de escrita deste trabalho.

Agradeço com todo meu coração aos meus amados amigos e amigas do Coral da UFRGS e do Grupo Upa! por serem minha inspiração, válvula de escape, meus companheiros na música, por serem minha família em Porto Alegre.

Ao finalizar a jornada da graduação não posso deixar de fazer um agradecimento especial à minha querida Escola Bandeirante e todas/os as/os suas/seus funcionárias/os e professoras/es. Agradeço por serem parte de quem eu sou, por sempre me acompanharem com tanto afeto e por me ensinarem a lutar pela escola pública e uma educação de qualidade para todos/as.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a trajetória da militante Rosa Maria Lorenzatto Tres, principalmente entre os anos de 1982, quando inicia sua participação no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca/RS, até 1988, ano em que é promulgada a nova Constituição incluindo as pautas das trabalhadoras rurais, as quais Rosa dedicou grande parte de sua militância. Neste período, Rosa figurava como uma liderança estadual entre os movimentos de trabalhadoras rurais e em 1986 elegeu-se Presidente do Sindicato de seu município, a primeira mulher a ocupar tal cargo no Rio Grande do Sul. A trajetória de Rosa se inseriu em um contexto de mudanças expressivas em todo o país, incluindo o meio rural e as agricultoras, que organizaram-se para reivindicar direitos nunca antes assegurados, como o próprio reconhecimento da profissão.

Palavras-chave: Trabalhadoras rurais, sindicalismo, gênero, militância, Casca/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pierina e Rosa.....	25
Figura 2 – Rosa no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (Brasília, maio de 1985).....	36
Figuras 3 e 4 - Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Estádio Beira Rio, Porto Alegre - 17/10/1985.....	40
Figura 5 - Logotipo do Movimento Estadual de Trabalhadoras Rurais.....	41
Figuras 6 e 7 – Manifestação com o fechamento dos bancos (Casca, março de 1987).....	54
Figura 8 - Cerimônia de entrega simbólica das aposentadorias nos anos 1990 em Casca.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS

APRT - Acervo Pessoal de Rosa Tres

ASTRC - Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca

CBEs – Comunidades Eclesiais de Base

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

FETAG-RS - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul

FETAPE - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

MMTR-RS - Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – Rosa e os primeiros anos no movimento de trabalhadoras rurais (1982 - 1985).....	21
1.1 As trabalhadoras rurais e a agricultura familiar.....	21
1.2 Introdução de Rosa no movimento sindical	25
1.3 A militância articuladora de Rosa.....	32
1.4 O Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais.....	36
CAPÍTULO 2 - A presidência do sindicato (1986 - 1988)	42
2.1 A campanha e a candidatura.....	42
2.2 A vitória contestada.....	47
2.3 A primeira gestão de Rosa (1986-1989)	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	65

INTRODUÇÃO

Minha mãe é a que mais sentiu as dificuldades porque era muita gente na família. Era muito pra cuidar e eu via a minha mãe muito sofrida, então aquilo lá acho que me marcou, sabe? E aquilo sempre me fazia pensar que as mulheres deveriam ter um pouco mais de reconhecimento. Sabia que elas não tinham como trabalhadora rural e essa questão que marcou.

Essa frase é um trecho da entrevista realizada com Rosa Maria Lorenzatto Tres. Rosa nasceu no dia 20 de abril de 1955, no município de Casca, noroeste do Rio Grande do Sul. Cresceu no Povoado São Paulo, localizado a 10 quilômetros da zona urbana de Casca, em uma família de trabalhadores rurais. Única mulher entre os 11 filhos de Pierina Albina Andreolla Lorenzatto e Ernesto Lorenzatto, no final do ano de 1982, Rosa começou a participar das reuniões do Sindicato de Trabalhadores Rurais a convite de seu marido Elzir José Tres. Naquele momento passou a compartilhar e explorar as inquietações que trazia desde a infância quando percebia “a mãe muito sofrida” em comparação aos homens da família. Ao longo dos anos 1980 militou pelas pautas das trabalhadoras rurais e em 1986 tornou-se a primeira mulher a presidir um sindicato da categoria no estado.

A trajetória de Rosa se assemelha a de outras mulheres em um movimento que acontecia em todo o Brasil. Caroline Araújo Bordalo (2011), em sua dissertação sobre o movimento de trabalhadoras rurais em Pernambuco, aponta que, assim como Rosa, muitas trabalhadoras rurais começaram a organizar-se em sindicatos, movimentos autônomos e outros espaços no início dos anos 1980. Uma das justificativas que podem explicar essa movimentação é a expressiva inviabilização a qual essas trabalhadoras eram submetidas. Diferente dos/as trabalhadores/as urbanos/as que tiveram seus direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, e também, os próprios trabalhadores rurais homens que já tinham algumas poucas garantias, as trabalhadoras rurais não eram reconhecidas enquanto uma categoria.¹ Antes de 1988, para ter direito à aposentadoria, precisavam identificar-se no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) como costureiras, donas de casa, “do lar” ou outra profissão que não fosse aquela que de fato exerciam: trabalhadoras rurais. Muitas sequer tinham documento de identidade e CPF, quando solicitado, eram obrigadas a mostrar o documento do pai ou do marido.²

¹ Para mais informações sobre o histórico das leis trabalhistas para trabalhadores rurais no Brasil acessar: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>.

² Conforme relato da trabalhadora rural Genoveva Meinerz Haas. Movimento das Margaridas. *Live em comemoração aos 35 anos do Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais*. Disponível em: <https://www.facebook.com/margaridasRS/videos/352798722603175>

Além de não terem seus direitos garantidos, as trabalhadoras rurais não participavam dos sindicatos.³ Insatisfeitas com a situação, passaram a reivindicar a ocupação desse espaço, assim como Rosa fez. Entretanto, percebendo que havia resistência, o movimento optou por ter sua própria autonomia, extrapolando os limites dos sindicatos e da própria Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG-RS), organização que representava a categoria a nível estadual. Passaram a reunir-se em regionais e assim o movimento foi crescendo. Rosa tornou-se uma reconhecida liderança estadual. Como Presidente do Sindicato, continuou articulando-se para que os direitos das trabalhadoras rurais fossem garantidos, assim como a sua sindicalização. Um dos grandes símbolos desse movimento foi Margarida Alves, a primeira mulher presidente de um sindicato de trabalhadores rurais no Brasil e que foi brutalmente assassinada em 1983. Até o hoje as trabalhadoras rurais se identificam como “Margaridas” em sua homenagem.⁴

No ano de 1988 foi promulgada a, não por acaso, conhecida como Constituição Cidadã. Dentre diversas conquistas alcançadas através dessa nova legislação, estavam as pautas das trabalhadoras rurais. Pela primeira vez na história do Brasil uma legislação previu e, de fato, implementou direitos específicos para essas mulheres.⁵ Com a nova Constituição garantiu-se o direito à aposentadoria de um salário mínimo para as mulheres do campo aos 55 anos, o que gerou grande impacto e, de certa forma, trouxe o reconhecimento da profissão e consequentemente da própria identidade.

Para explorar o contexto acima apresentado, o presente trabalho se concentra no estudo da trajetória da líder sindical Rosa Maria Lorenzatto Tres e procura responder aos seguintes problemas de pesquisa:

Como se deu a militância de Rosa considerando o campo de possibilidades disponíveis para uma trabalhadora rural durante os anos 1980 no Rio Grande do Sul?

³ Somente as viúvas ou as mulheres que por algum outro motivo não estavam sob a tutela de algum homem eram sindicalizadas. Ver mais em “1.2 Introdução de Rosa no movimento sindical”.

⁴ Em 2000 foi realizada a Primeira Marcha das Margaridas, evento que repetiu-se em outros anos. O nome acabou tornando-se sinônimo da luta das trabalhadoras rurais e também está referenciado no título deste trabalho. Para mais informações sobre a Marcha das Margaridas: <http://www.contag.org.br/imagens/f2509marchamargaridas-versao-completa-para-web.pdf>.

⁵ Vale ressaltar que a implementação de fato só ocorreu nos anos 1990 e com muita luta do movimento, porém é inegável que o reconhecimento trazido pela Constituição foi fundamental para isso. Não abordaremos tal aspecto neste trabalho por extrapolar o recorte cronológico proposto. O tema fica em aberto para futuras pesquisas.

Quem era Rosa e o que a levou a militar em prol das trabalhadoras rurais? Em que contexto aconteceu essa militância e como isso influenciou a sua trajetória? Qual era o projeto individual de Rosa e o projeto coletivo das trabalhadoras rurais?

De que maneira sua trajetória foi marcada pelas questões de gênero? Que desafios enfrentou ao decidir ocupar o espaço público?

O presente trabalho tem, portanto, como objetivo central compreender de que forma a militância de Rosa se constituiu a partir de seu campo de possibilidades, considerando o recorte temporal que se inicia em 1982, com o começo de sua participação no sindicato, e termina em 1988 com a promulgação da Constituição. Alguns fatos abordados pelo trabalho extrapolam esse recorte, por isso, cabe ressaltar que o enfoque principal se dá nesses seis anos, mas não se limitam somente a eles.

Os objetivos específicos são compreender quem era Rosa e o que a levou a militar em defesa das trabalhadoras rurais. Analisar o contexto em que aconteceu essa militância e como as questões de gênero influenciaram sua trajetória. Compreender quais foram os desafios que enfrentou ao decidir ocupar o espaço público e de que maneira o projeto individual de Rosa e o projeto coletivo trabalhadoras rurais dialogam.

Como apresentado por Márcia de Fátima de Moraes (2020, p. 13) em sua dissertação, os trabalhos sobre as agricultoras na historiografia parecem seguir o esquecimento que a própria legislação brasileira conferiu a essas mulheres por muito tempo. São mais estudadas por outras áreas do conhecimento como o Desenvolvimento Rural e as Ciências Sociais. A própria autora tem por objetivo “tensionar uma História das Mulheres que, embora tenha buscado pela pluralidade dos sujeitos mulheres, acaba negligenciando as de contextos rurais quando se atenta apenas aos movimentos de mulheres urbanas”. Nas Ciências Sociais existem trabalhos expressivos sobre o tema como o de Maria Ignez Paulilo (1987) e Anita Brumer (2002). Na História, especificamente sobre movimentos de trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul, temos o trabalho de Losandro Tedeschi (2007). O tema realmente parece não saltar aos olhos dos/as historiadores/as, talvez pelas dificuldades em encontrar fontes. Em regra, a historiografia e a história, enquanto disciplina, parecem preocupar-se mais com o espaço urbano e nesse sentido me posiciono como Moraes. Por isso, trabalhos que pensem o espaço rural e seus/suas habitantes são muito necessários.

É importante citar o que algumas pesquisas demonstraram: a ampla implementação da previdência social em 1988, mais do que constituída desde um caráter assistencialista, a longo prazo provou ser a maior forma de distribuição de renda que já houve no Brasil (BENETTI, 2009). Outros trabalhos apontam a importância econômica que até hoje essa renda ocupa, não só na vida de seus/suas beneficiários/as, mas também na economia local de pequenos municípios (CONTAG, 2016). O movimento de trabalhadoras rurais tinha como um de seus objetivos a ampliação dos direitos previdenciários. A grande distribuição de renda que isso causou foi um efeito dessa luta que, talvez nunca tenha sido um objetivo das trabalhadoras rurais, mas sua relação é inegável.

Os trabalhos que dialogam diretamente com essa pesquisa por questões temáticas, metodológicas e de recorte geográfico são o já mencionado trabalho de Losandro Tedeschi e o de Alie van der Schaaf (2001), que debruçam-se sobre o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR-RS), um movimento ao qual Rosa não fez parte, porém as considerações e análises feitas por ambos são muito úteis.

A tese de Tedeschi tem por objetivo analisar relações de gênero e a luta das trabalhadoras rurais para superar seu lugar tradicional, assim como, entender sua postura diante da tomada de consciência referente a esses lugares tradicionais. Faz importantes considerações sobre gênero no contexto rural e suas especificidades porém, não nos preocupamos tanto com a chamada “tomada de consciência”, visto que, os objetivos deste trabalho são outros.

Entre os dois trabalhos, dialogamos principalmente com Schaaf. A antropóloga holandesa observou o MMTR-RS durante os anos 1990. Por isso, além de analisar as trabalhadoras rurais, o movimento como um todo e até seus interlocutores, seu trabalho acaba por constituir-se também como fonte por apresentar muitos relatos, demonstrando de forma detalhada as muitas possibilidades e vivências distintas que existiam entre as agricultoras. Além disso, Schaaf faz valiosas observações sobre o contexto considerando questões de gênero.

Outra referência importante é a dissertação de Caroline Araújo Bordalo (2011) que discorre sobre o surgimento dos movimentos de trabalhadoras rurais em Pernambuco. Ao considerar o trabalho da autora é possível pensar também a perspectiva do movimento a nível

nacional, principalmente sobre a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), espaço por onde Rosa também circulou.

O trabalho de Arilson Favareto (2001), por sua vez, tem por objeto o movimento sindical rural, especificamente aquele relacionado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Apesar de não ser o foco dessa pesquisa, o autor faz uma reconstrução do movimento antes de relacionar-se com a CUT e também sobre as transformações que o levaram até o “novo sindicalismo”, movimento importante para compreender o meio sindical nos anos 1980. Nesse mesmo sentido, também nos baseamos na tese de Everson Picolotto (2011) “As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política” que se debruça mais especificamente sobre grupos de agricultores familiares do sul do Brasil e a sua atuação no movimento sindical.

Para pensar as relações de gênero no meio sindical nos baseamos em dois artigos da socióloga Mary Garcia Castro (1995, 1992). Um desses artigos se fundamenta em observações e relatos de mulheres que participavam do Sindicato dos Bancários da Bahia, considerando principalmente como o poder era exercido nesse espaço. O outro artigo é escrito a partir do Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Salvador em que é feita uma análise sobre os relatos das mulheres que militavam nesse espaço onde os recortes de raça e geração também ganham evidência.

Uma das referências teóricas centrais deste trabalho é o “gênero”, partindo do clássico de Joan Scott (1995) “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. A autora propõe a interpretação de gênero como uma categoria de análise e não somente como um termo auxiliar ou, ainda, para trabalhos que utilizem o conceito e sejam meramente descritivos. Propõe a percepção de que as diferenças entre homens e mulheres são construções sociais, políticas e culturais mais do que biológicas (SCOTT, 1995, p. 73-74).

Scott dialogando com Michele Rosaldo defende que o lugar da mulher na sociedade é resultado do significado de suas interações com outros sujeitos. “Para buscar o significado, precisamos lidar com o sujeito individual, bem como com a organização social, e articular a natureza de suas inter-relações, pois ambos são cruciais para compreender como funciona o gênero, como ocorre a mudança.” (SCOTT, 1995, p. 86).

Por isso, ao analisar a trajetória de Rosa, é importante conhecer quais eram os agentes que se relacionavam com ela para entender como o fato de ser mulher influenciou nas suas

decisões, possibilidades e dificuldades. Neste sentido, consideramos as relações familiares, os companheiros/opositores dos sindicatos e etc. O simples fato de as mulheres não poderem sindicalizar-se e, para reivindicar tal direito, precisarem organizar-se de forma autônoma, demonstra como o gênero influenciou nas escolhas e possibilidades das agricultoras.

Isso dialoga também com a proposição de Scott ao dizer que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 88). O poder já é exercido desde o ambiente familiar e, nos sindicatos, como demonstram as evidências que reunimos, os homens o exercem ao se opor que as mulheres ocupem esse mesmo espaço.

O uso da História Oral enquanto metodologia possibilitou no campo de estudos de gênero e história das mulheres “acessar as memórias das mulheres e com isso promover novas interpretações para as dinâmicas de gênero em diferentes contextos.” (MORAES, 2020, p. 37). Considerando a comum exclusão das mulheres dos ambientes públicos e, portanto, das fontes tradicionais utilizadas pela historiografia, essa metodologia nos abre muitas possibilidades.

Ao optar pela análise de uma trajetória foram usadas as noções de campo de possibilidades e de projeto descritas por Gilberto Velho, inspirando-se em A. Schutz:

“Projeto, nos termos deste autor, é a *conduta organizada para atingir finalidades específicas*. Para lidar com o possível viés racionalista, com ênfase na consciência individual, auxilia-nos a noção de *campo de possibilidades* como dimensão sociocultural, espaço para formulação e implementação de *projetos*. Assim, [...] as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto expressão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-las arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades.” (VELHO, 1999, p. 31-32)

Adentrar neste campo é atentar-se para o que Bourdieu (1996) chama de “ilusão biográfica”, que trata-se do perigo de entender a vida de alguém como uma sucessão de fatos quase que predeterminados. Neste sentido, Gilberto Velho alerta para o papel da memória na construção de projetos.

“Se a *memória* permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o *projeto* é a antecipação no futuro dessa trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos.” (VELHO, 1999, p. 86)

A principal fonte deste trabalho é a entrevista realizada de forma online com Rosa no dia 06/03/2021.⁶ Considerando a pandemia gerada pelo coronavírus e a gravidade da situação em que o Rio Grande do Sul estava no momento em que realizamos a entrevista, optamos por

⁶ Deixo aqui um agradecimento especial ao colega Bruno Arthur Voss Bernardy que fez a gravação da entrevista.

fazê-la de forma online pela segurança e bem estar de todos. Tal entrevista foi norteada por um roteiro de perguntas que seguia uma ordem cronológica a partir de informações obtidas em conversas prévias sobre a trajetória de Rosa. Mesmo com o roteiro, no início, Rosa fez um resumo e contou fatos que considerava importantes, depois a questioneei partindo de dúvidas suscitadas por sua fala e também por pontos do roteiro que ainda não haviam sido abordados.

Além dessa entrevista, foi utilizado o registro de uma *live* realizada no dia 17/10/2020 pelo Movimento das Margaridas em comemoração aos 35 anos do Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul.⁷ Nessa *live* algumas membras da comissão que organizou o evento, entre elas Rosa, compartilham suas experiências. Cabe aqui observar que na *live* as participantes se autodenominam “Movimento das Margaridas”, o que pode ser um reflexo do uso genérico que passou a se fazer dessa designação nos anos 2000 com a popularização da Marcha das Margaridas. Nas fontes, esse mesmo grupo aparece como “Movimento/Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais”. Não foi possível distinguir se há uma diferença entre ambos, o que aponta para a necessidade de novas pesquisas. Para fins deste trabalho consideramos como sendo o mesmo grupo.

Utilizamos também como fonte de pesquisa algumas atas de assembleias e reuniões do Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca (ASTRC), bem como, cadernos de anotações, fotos, e jornais do Acervo Pessoal de Rosa Tres (APRT).⁸ Esses outros documentos, assim como a *live* das Margaridas, aliados à entrevista com Rosa, nos possibilitaram compreender um pouco mais sobre o campo de possibilidades dela, considerando o que seus/suas aliados/as e opositores/as pensavam, como agiam, além das próprias fontes produzidas por ela durante sua militância.

O interesse em pesquisar esse tema se coloca, primeiramente, por razões pessoais. Sou de uma família que vive da agricultura familiar. Todas as mulheres foram trabalhadoras rurais e de alguma forma foram afetadas pelos desdobramentos das questões previdenciárias no meio rural. É importante delimitar isso pois, considerando que a principal fonte da pesquisa se trata de uma entrevista realizada por mim com Rosa, deve-se levar em conta as diferenças e semelhanças que compartilhamos. Alessandro Portelli (2010) ao analisar as relações de poder que existem entre entrevistador e entrevistado dá destaque para as diferenças, entende que são

⁷ Popularizadas no período da pandemia gerada pelo novo Coronavírus, as *lives* são transmissões ao vivo feitas através das redes sociais em que uma ou mais pessoas falam para seus seguidores sobre temas variados.

⁸ As siglas serão utilizadas para referenciar as fontes e seus respectivos acervos.

nelas que reside o que há de mais interessante em uma entrevista de história oral por permitir um maior aprendizado. Portelli percebe a entrevista como um “momento utópico” em que dois diferentes podem se igualar política e socialmente. Entre Rosa e eu existe uma diferença geracional que ela mesma marca em seu relato ao usar expressões como “naquela época” e procurar explicar com muitos detalhes as diferenças entre passado e presente. Isso também evidencia outra diferença que se dá pelo fato de eu não ser uma trabalhadora rural e sim, uma estudante de história.

Um alerta importante vem de Verena Alberti (2004, p. 34) que afirma que “uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista. [...] Na entrevista de história oral há pelos menos dois autores.” Portanto, por menos que o entrevistador interfira no relato, sua condução e até mesmo a relação preestabelecida entre ambos, suas diferenças e semelhanças, interesses em comum, criarão “resíduos” que são únicos dessa interação.

É perceptível que no caso entre Rosa e eu, nossas proximidades tiveram maior destaque. Em diversos momentos Rosa fazia referência à minha cidade, a qual ela visitou muitas vezes na juventude com sua banda. Dizia também “teu pai deve saber”, referenciando o fato de ambos terem sido sindicalistas na mesma época, compartilhando o mesmo círculo de amizades, apesar de nunca terem se conhecido. Além disso, Rosa reconheceu em mim o interesse e a importância que ela mesma confere ao tema das trabalhadoras rurais e sua própria trajetória, que em algum ponto da entrevista evidencia: “Sabia que elas não tinham [reconhecimento] como trabalhadora rural e essa questão que marcou. Você também pelo o que eu ouvi...”. Portanto, em diversos momentos Rosa procurou definir e lembrar essa proximidade que existe entre nós e que permitiu que houvesse uma confiança prévia e até intimidade entre entrevistadora e entrevistada. Ao analisar os trabalhos de Schaaf (2001) e Tedeschi (2007), que também utilizam relatos de trabalhadoras rurais, percebo que no meu caso e no de Schaaf houve um maior compartilhamento de situações sensíveis e privadas, enquanto com Tedeschi os relatos quase que se limitavam às tarefas cotidianas. Possivelmente isso esteja relacionado à construção dos roteiros e dos interesses de cada pesquisa, mas talvez isso esteja relacionado ao fato de Schaaf e eu sermos mulheres ouvindo outras mulheres e essa identificação propicia que a conversa se encaminhe de outra forma. De qualquer maneira, não há como avaliar positivamente ou negativamente esses contatos, somente entender que cada

entrevista deixará seus “resíduos”, como Alberti aponta, dependendo da interação de cada entrevistador/a e entrevistado/a.

A construção do roteiro para a entrevista de Rosa, foi feita a partir das leituras que já havia realizado sobre o tema e sobre as informações que acessei ao acompanhar a *live* das Margaridas.⁹ É inegável que minhas próprias experiências pessoais enquanto filha e neta de trabalhadoras/es rurais, e como já mencionado, pela própria trajetória de meu pai enquanto sindicalista, também influenciaram na construção do mesmo.

Tamanha proximidade, apesar de avaliar a princípio como benéfica, deve ser questionada. Moraes ao se deparar com uma situação parecida em seu trabalho recorre à Hobsbawm (1998) que alerta:

“[...] identificação por si só não basta, uma vez que esta relação pode oferecer riscos ao fundamento da disciplina histórica: a supremacia da evidência. [...] Os cuidados para com o fator da identificação, por parte do(a) pesquisador(a) com seu tema, estaria muito próximo dos dispostos na questão do “engajamento”. Ainda de acordo com Hobsbawm, o engajamento consiste tanto em benefícios quanto em possíveis armadilhas na construção do conhecimento histórico.” (MORAES, 2020, p. 14)

Essas armadilhas deverão ser observadas com atenção. Nesse sentido, o uso de fontes do acervo pessoal de Rosa também deve ser tensionado ao refletir sobre as escolhas que foram feitas para guardar ou não certos documentos, por exemplo. Ao colocar em perspectiva essas fontes e a entrevista de Rosa com outros relatos, outros trabalhos, assim como, outras fontes, podemos ter um panorama mais amplo, sem perder de vista os alertas anteriormente discutidos.

Este trabalho se divide em dois capítulos que seguem um critério cronológico. O primeiro capítulo trata sobre a infância e juventude de Rosa e a caracterização do trabalho das mulheres no campo, assim como, o início de sua trajetória como militante no final de 1982, o ingresso no movimento de trabalhadoras rurais, a contextualização do período e as questões que cabem ao Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais em 1985. O segundo capítulo procura abranger temas do período que vai da eleição de Rosa em 1986 até 1988, ano em que é promulgada a nova Constituição, com enfoque na sua atuação no Sindicato de Casca, a qual ressalto que não se esgota nesse período, tendo esse recorte sido definido meramente por questões práticas

⁹ Essa relação de proximidade também foi importante porque, através de Rosa, pude estabelecer contato com outras mulheres que participaram do movimento e que ampliaram minhas possibilidades de pesquisa e entendimento sobre o tema.

CAPÍTULO 1 – Rosa e os primeiros anos no movimento de trabalhadoras rurais (1982 - 1985)

Para compreendermos quem é Rosa Maria Lorenzatto Tres e quais foram os motivos que a levaram à militância, precisamos retomar alguns aspectos de sua infância e juventude.¹⁰ A partir disso poderemos entender algumas das especificidades do trabalho rural e principalmente como as mulheres se inseriam nele. Depois, nos debruçaremos sobre a entrada de Rosa no sindicalismo, como o contexto político se apresentava naquele período, como ela desenvolveu sua militância nesse espaço, como a expandiu relacionando-se com trabalhadoras rurais de outros municípios e regiões, até a organização do Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais em 1985.

1.1 As trabalhadoras rurais e a agricultura familiar

Rosa Maria Lorenzatto Tres nasceu e cresceu em uma família de trabalhadores rurais, mais precisamente no que hoje se entende como agricultura familiar.¹¹ Resumidamente, a agricultura familiar se baseia em uma pequena propriedade em que a atividade rural é desenvolvida e gerida pela mão de obra da própria família. Losandro Tedeschi atenta que, dessa forma, a agricultura familiar tem a especificidade de ser composta por “uma unidade de produção e, igualmente, uma unidade de consumo”.

“Essa característica determina o comportamento camponês: sua atividade econômica é baseada em dois princípios diferentes, sendo os padrões de produção determinados não apenas por considerações a respeito de lucro, mas também pela necessidade da família. Desta forma, as decisões no interior da família são movidas por duas lógicas diferentes e complementares: uma voltada para o mercado exterior e outra para dentro, visando atender às necessidades da família. Há um entrelaçamento das dimensões da produção e da reprodução.” (TEDESCHI, 2004, p. 51)

Na entrevista concedida por Rosa, isso fica evidente quando a mesma divide a produção familiar entre o que era “pra venda” e para “consumo próprio”. No caso da família Lorenzatto, a parte do trabalho “pra venda” consistia principalmente na criação de suínos, produção de milho e posteriormente soja, enquanto que para o consumo da família a produção era bem variada com itens como pipoca, batata, leite e seus derivados. O que chama a atenção no relato é como essa divisão se reflete também na organização do trabalho, ou seja, havia

¹⁰ Nosso recorte cronológico de análise se inicia em 1982, porém se fez necessário recuar para a infância de Rosa a fim de situar de maneira breve os debates nas Ciências Sociais acerca do trabalho das agricultoras para compreendermos as especificidades de suas rotinas e como se constrói a narrativa que nega que as mulheres no campo sejam trabalhadoras rurais.

¹¹ A Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 define como agricultor/a familiar aquele/a que “pratica atividades no meio rural, possui área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família.”

uma divisão sexual do mesmo. Rosa classifica a produção para consumo da família como “as coisas mais da mulher, essas coisas pra casa...”.

Aline Santos (2019, p. 56) ao estudar trajetórias de agricultoras que se tornaram lideranças políticas, dialoga com a classificação proposta por Paulilo (2004) e Brumer (2004) entre trabalho produtivo e reprodutivo, e entende que esse modelo separa o “trabalho assalariado, considerado produtivo, realizado fora de casa, sob o domínio dos homens; e o trabalho reprodutivo, que foi associado ao espaço doméstico, sob a responsabilidade das mulheres.” O tema da divisão sexual do trabalho no meio rural foi estudado por Maria Inez Paulilo. Ao analisar variadas regiões do Brasil em variadas épocas, observou que a noção de trabalho leve ou pesado se modificava, ou seja, essa divisão não acontecia de forma literal. Portanto a autora conclui que essa classificação

“não se devia a uma qualidade do próprio esforço despendido mas ao sexo de quem o executava, de tal modo que qualquer trabalho era considerado leve se feito por mulheres, por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial à saúde que fosse. Vemos o mesmo fenômeno se repetir quando da divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo. É simples: é doméstico se é atribuição da mulher. Se ela vai para a roça com o marido, é trabalho produtivo, mesmo que o que for colhido seja tanto para vender como para comer.” (PAULILO, 2004, p. 245)

Ou seja, cai por terra a explicação biológica para a divisão sexual do trabalho, mostrando que isso é uma construção social das relações de poder. Muitas vezes, quando a mulher trabalha junto ao marido no que é considerado trabalho produtivo ou “pesado” há uma eufemização desse “deslocamento” que normalmente é chamada de “ajuda”. É o que se percebe nesse trecho da entrevista de Rosa: “Era muita calça, era muita camisa dos meus irmãos, da família toda... E ainda, quando a mãe sobrava o tempo de *ir ajudar na lavoura*, a gente acompanhava ela” (grifo nosso). Ou seja, havia uma falsa noção de que no meio rural as mulheres ficariam somente no espaço e nas tarefas domésticas. Brumer (2004) aponta que o uso do termo ajuda a reforçar essa atribuição de caráter secundário, subalterno, de menor importância.

É importante compreendermos isso para problematizarmos o fato de que as mulheres no campo por muito tempo não foram reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais, como se o trabalho que desempenhavam não fosse o trabalho rural. As evidências indicam que as mulheres além de trabalharem produzindo os alimentos para o consumo da família e fazendo as tarefas domésticas também trabalhavam na lavoura. Pelo fato do trabalho feminino se direcionar mais ao consumo direto da família, e menos ao trabalho que geralmente produz a

renda, ele acabava sendo invisibilizado. Mesmo avaliando a vida de sua mãe como muito sofrida, Rosa ainda reproduz essa noção de “ajuda” para caracterizar o trabalho de Pierina e o seu também. Aos 14 anos Rosa aprendeu corte e costura e, a partir de então, “ajudava na família nesse sentido, costurando todas as roupas que os familiares precisavam.”¹²

Na entrevista, Rosa identifica o mesmo sofrimento em outras mulheres de sua família e a partir disso estabelece uma nítida separação com o passado porque, segundo ela, “na época não tinha nada que temos hoje. [...] Porque pensa, as mulheres, as nossas antecessoras, as mães, avós elas sofreram muito, muito!”. Ou seja, parte desse sofrimento é atribuído ao fato que na sua juventude e na vida de suas antecessoras as condições eram ainda mais precárias.

Não tinha forno elétrico, geladeira veio, mas depois de eu estar grandinha já, quando veio a luz, porque no início não tinha luz... Não tinha o tanque de lavar roupa, tinha que ir no rio. Eu lembro até hoje... Eu tenho aquela imagem do rio perto da nossa casa e uma pedra bem grande, uma laje, e a mãe ajoelhada na laje lavando tudo a mão. E aquelas calças esfregadas à mão, quando eu olhava pro varal... Aqueles 7, 8 par de calça por dia... Por dia não, eles usavam durante 2, 3 dias na lavoura depois lavava. Mas era muita camisa e muita calça (risos). Eu dou risada hoje, mas na época eu sentia dó. [...] É porque era tudo a braço né?! Não tinha máquina. Então assim, a hora de colher tinha que colher, a hora de plantar tinha que plantar. E era o ano inteiro, quando não era uma coisa, era outra.

O relato de Rosa nos transporta para sua realidade no meio rural nas décadas de sua juventude. Um período em que, como ela aponta, a situação no campo era muito diferente, sem luz elétrica, sem eletrodomésticos, sem maquinários para a agricultura.¹³ Além disso, se tratava de uma família grande, o casal mais 11 filhos, sendo somente Rosa e sua mãe enquanto mulheres para realizar as tarefas domésticas no meio de uma “turma praticamente de machos”, como ela descreve.

Eu lembro da minha mãe... A Igreja ficava, não chegava a ser 100 metros [de casa], mas ela não conseguia ir pelo fato de que alguém tinha que ficar pra fazer a comida, pra fazer... sabe? Era sempre de manhã as missas... Daí era difícil de participar em função da família grande e também alguém tem que fazer [as tarefas domésticas]. Era sempre a mulher mais e os homens faziam mais fora [as tarefas]. Hoje não, hoje a gente vê diferente.

Para dimensionarmos o volume de trabalho, como o relato aponta, a mãe de Rosa mal conseguia sair de casa para participar das missas na comunidade aos domingos, uma atividade básica para uma família de tradição católica. Ou seja, precisava abrir mão, não só de seu ritual

¹² Para compreender mais sobre a rotina de trabalho da agricultura familiar e a sua divisão de tarefas ver o “Capítulo 4 - Nossa história: quem somos, o que fazemos, o que queremos?” da tese de Losandro A. Tedeschi.

¹³ As mudanças na rotina e na vida das trabalhadoras rurais causadas pela implementação dos eletrodomésticos, da luz elétrica, de novos maquinários agrícolas e outras inovações é um tema que merece estudos posteriores.

religioso semanal, mas também da convivência social da comunidade, de participar e estar no espaço público para realizar as tarefas domésticas.

Figura 1 – Pierina e Rosa



Fonte: Acervo pessoal de Rosa Tres

1.2 Introdução de Rosa no movimento sindical

Diferente da trajetória de muitos militantes, Rosa cresceu em uma família que não tinha uma tradição de envolvimento com movimentos sociais. Seu pai era sindicalizado, mas os outros membros da família não e isso era um arranjo comum no meio rural. Uma das razões para isso acontecer era o caráter que os sindicatos tinham naquela época. Everson Picolotto (2011, p. 110) aponta que “uma área de atuação do sindicalismo dos trabalhadores rurais que teve forte destaque nas décadas de 1960 e 70 foram os serviços assistenciais de previdência social e de saúde.”

O Estatuto do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, criou o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FUNRURAL).¹⁴ De acordo com Rebecca Maranhão e José Vieira Filho (2018, p. 10) em seus estudos sobre a previdência rural no Brasil, “o fundo era constituído por 1% do valor dos produtos agropecuários colocados no mercado a ser recolhido pelo produtor, mas destinava-se ao custeio da prestação de assistência médico-social

¹⁴ Estatuto do Trabalhador Rural: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm .

ao trabalhador rural e seus dependentes.” Ou seja, parte do valor arrecadado pela produção da família ia para esse fundo que era usado para custear os gastos com saúde e previdência dos trabalhadores rurais.

Toda a assistência médica e previdenciária se fazia através deste fundo e com a operacionalização dos sindicatos nos municípios. Ou seja, estar sindicalizado significava acessar direitos básicos e para isso bastava que um membro da família fosse associado. Nesse sentido, as mulheres por muito tempo foram excluídas desse espaço. Somente as viúvas ou aquelas que não estavam sob a tutela de algum homem eram sindicalizadas a fim de acessar esses direitos básicos. Nesse trecho da entrevista, Rosa nos relata como aconteceu sua introdução no sindicato:

Enfim, eu permaneci com meus pais até os quase 24 anos. Depois casei. [...] Depois que eu estava casada, acompanhava meu marido, também agricultor e ele fazia parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casca (durante 3 gestões) e não como presidente mas como tesoureiro, como suplente, ele sempre estava no meio... E até que então, no início da década de [19]80, havia essa discussão em torno da valorização da mulher trabalhadora rural e aí começou uma discussão a nível de regional e, como ele fazia parte, me convidou.

Mesmo tendo o pai sindicalizado, o normal era que as mulheres não estivessem nesse espaço. Diferente de outras mulheres que nesse mesmo período começaram a ocupar os sindicatos e outros movimentos, Rosa foi convidada por seu marido Elzir José Tres para participar. Tratando de tema próximo, Ali van der Schaaf fala sobre o processo de negociação que a maioria dessas mulheres tinham que fazer para poder sair de casa:

“Quando a mulher quer fazer parte do movimento de forma estrutural, porque a participação nele está lhe proporcionando satisfação, ela vai ampliando seu espaço de negociação, buscando a aprovação do marido [...]. Assim, com o passar do tempo, o “pedir” *permissão ao marido* vai se tornando *negociação com o marido*, ou seja, ela começa a perceber a participação como um direito”. (SCHAAF, 2001, p. 252)

Através dessa afirmação podemos entender como se dava essa relação entre a maioria dos casais, e em alguns casos entre filhas e pais também, em que o comum era a mulher depender da permissão e negociação com algum homem para poder participar do movimento. O caso de Rosa foge desse padrão ao receber o incentivo do marido para participarem juntos do sindicato. Mesmo assim, é preciso analisar com cautela essa relação para não deslocar o protagonismo das mulheres e de suas próprias vidas unicamente para a permissão ou apoio de algum homem. No caso das mulheres analisadas por Schaaf, havia uma negociação que partia da vontade delas de participarem e sua habilidade de convencimento também. No caso de

Rosa, podemos inferir que também havia certa negociação e a própria escolha de parceiro dependeu das vontades e dos critérios que ela estabeleceu. Como apontado por Scott ao dizer que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 88), o poder já é exercido desde o ambiente familiar, mas isso não anula as individualidades e as formas como as mulheres manobram essas relações.

Nesse mesmo trecho citado, Rosa menciona que na década de 1980 já havia uma discussão em torno da valorização da mulher. Picolotto (2011, p. 137) chama esse movimento de “o surgimento de novos atores no meio rural”, como as mulheres, os sem-terra e os atingidos pelas barragens. Na verdade, esses atores sempre existiram no meio rural, a questão é que a partir de um novo contexto, esses sujeitos, entre eles as mulheres, passam a exigir a ocupação do espaço público com suas próprias demandas. Para compreender esse contexto, nos basearemos em Favareto (2001) que considera a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964) como marcos importantes.

O Estatuto do Trabalhador Rural, além de criar o FUNRURAL, mencionado anteriormente, teve grande importância ao regulamentar o trabalho no campo e ao reconhecer o direito à organização. Antes deste Estatuto houve algumas tentativas de regulamentar o trabalho rural e sua organização enquanto categoria no Brasil, porém sem sucesso.¹⁵ Segundo Picolotto (2011) o sindicalismo rural brasileiro apresentava algumas características específicas que derivavam de uma tradição varguista e que foram regulamentadas por esse novo Estatuto. A primeira, é a sua estrutura que se constituía em sindicatos municipais, federações a nível estadual (no Rio Grande do Sul representada pela FETAG-RS) e a nível federal a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Essa estruturação determinava a unicidade sindical, ou seja, só havia uma organização, em qualquer grau, que representava a categoria profissional. Outra característica estruturante do sindicalismo era a forte tutela exercida pelo Estado. Um sindicato só poderia existir se o Estado o reconhecesse através de uma Carta Sindical concedida pelo Ministério do Trabalho. Essa tutela se manifestava, por exemplo, quando o Estado utilizava os sindicatos enquanto responsáveis pela operacionalização do FUNRURAL, como vimos anteriormente. Por fim, outra característica importante a ser mencionada se tratava da contribuição sindical obrigatória.

¹⁵ Para mais informações sobre o histórico das leis trabalhistas para os trabalhadores rurais ver: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estatuto-do-trabalhador-rural>.

O Estatuto da Terra (1964), diferente do Estatuto do Trabalhador Rural, partiu de orientações da, já implementada, ditadura civil-militar.¹⁶ Vale lembrar que, antes do golpe, o debate sobre a reforma agrária, parte do programa de Reformas de Base, teve um papel importante na desestabilização do governo de João Goulart. Portanto, o Estatuto da Terra procurava trazer uma “solução” para esse “problema”. De acordo com Favaretto (2001), o documento se dividia em dois eixos: o primeiro fazia uma análise da questão agrária no Brasil e o segundo trazia as resoluções referentes à promoção do desenvolvimento. Ou seja, havia interesse em modernizar a produção agrícola no país, implementando novas técnicas, maquinário e o consumo de insumos e sementes com maior tecnologia. No Rio Grande do Sul esse processo é representado, principalmente, pela introdução e pelo incentivo para a produção de soja em grande escala para exportação. Ao falar sobre a produção de sua família Rosa diz: “pra venda era suíno, era milho e depois a soja, na época não era muito”. Nesse trecho, Rosa narrava sua infância e juventude, por isso marca que “na época não era muito” e que somente depois a soja foi introduzida. Um marcador temporal que pode nos ajudar a localizar quando seria esse “depois a soja” é seu casamento em 1979, ou seja, provavelmente antes desse período ainda não se produzia tanta soja, momento em que Rosa ainda morava com seus pais. Sua fala é indicativa de que até mesmo nas pequenas propriedades a soja foi introduzida, o que evidencia o processo de modernização também na agricultura familiar.

Essa modernização fez parte do processo em que as relações capitalistas se tornaram hegemônicas no campo, conforme explicado por Carla Simone Rodeghero (1997). Tal processo foi acompanhado pela atuação de diversos mediadores. No caso das regiões de colonização europeia do RS, como aquela em que Rosa vivia, a Igreja Católica teve forte participação em campanhas para demonstrar a importância das novas tecnologias e cultivos. A instituição temia a invasão da mentalidade citadina, que mudaria os costumes e um suposto virtuosismo rural, a necessidade de transformações na situação material e nas técnicas de trabalho, e a infiltração de comunistas entre os agricultores, sob a bandeira da reforma agrária. Entre as campanhas mencionadas, estavam as Semanas Ruralistas, realizadas entre 1953 e 1961, que se tratavam de encontros realizados nos municípios e que levavam orientações técnicas para os trabalhadores. Para as mulheres, especificamente, as palestras tinham temas como higiene, educação dos filhos, preparação ao matrimônio, enquanto que os homens

¹⁶ Estatuto da Terra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm .

aprendiam sobre conservação do solo, associativismo rural e outros temas mais técnicos e ligados à produção agrícola.

Todas as mudanças apresentadas e os discursos que as justificavam afetaram as relações sociais e econômicas no campo. Novos atores foram incluídos como as agroindústrias, as cooperativas e os bancos, com as políticas de crédito agrícola. Muitos pequenos agricultores não conseguiram acompanhar esse desenvolvimento que favoreceu aqueles que poderiam ter acesso a algum conhecimento técnico que antes não era necessário, com maiores facilidades nas negociações com os bancos para os créditos e compra de maquinários, por exemplo. Além disso, com as exportações e a produção dependendo de um único produto, a renda passou a estar atrelada ao mercado internacional e mais suscetível a crises.

Além dessas, outras crises já abatiam o campo como o problema de divisão de terras entre as famílias com muitos filhos que, aliado ao processo de industrialização, levou a um grande êxodo rural, como indicam os estudos de Favareto (2001) e Schaaf (2001). Entre os anos 1960 e 1970, houve uma inversão quanto à ocupação do território nacional em que o espaço urbano passou a ter mais habitantes que o rural, muito em decorrência desses processos descritos anteriormente.¹⁷

Dessa forma a modernização no campo aumentou as desigualdades, favoreceu a concentração das propriedades e o êxodo rural. Em suma, criou um ambiente de instabilidade. Schaaf (2001) faz importantes observações quanto à situação das mulheres neste cenário. Com a introdução da agricultura do livre mercado, a lógica da agricultura familiar baseada no conjunto de relações familiares (e acrescento as comunitárias também), nas quais a mulher desempenhando um papel fundamental, foi afetada. O poder patriarcal centrado na figura do pai e/ou do marido deu lugar a outras fontes de poder como os bancos, por exemplo. Além disso, a individualização atrelada à chegada da eletricidade (os eletrodomésticos) e o melhor acesso aos meios de comunicação como rádio e televisão, auxiliaram as mulheres no processo de reivindicar seus direitos e pensar em sua própria realidade.

No relato de Rosa é possível perceber a importância que ela confere a essas inovações para o melhoramento na qualidade de vida. “Não tinha forno elétrico, geladeira veio, mas depois de eu estar grandinha já, quando veio a luz, porque no início não tinha luz”.

¹⁷ Dados sobre urbanização no Rio Grande do Sul: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/grau-de-urbanizacao> .

Pertencendo à geração que passou por esse processo de transição entre a época sem os eletrodomésticos e a chegada dessas novidades, Rosa pode testemunhar “o antes e o depois” e como de fato isso modificou a vida no campo, principalmente porque ela as cita sempre em comparação à vida sofrida de suas antecessoras que não tiveram acesso à nenhuma dessas inovações.

Não é possível falar desse período sem mencionar também a influência da Igreja Católica de orientação mais progressista. De acordo Favareto (2001) e Bordalo (2011), em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Brasil, com início no Encontro Pastoral das Igrejas da Amazônia Legal.¹⁸ Teve como referências as resoluções do Concílio Vaticano II (1965) e da Conferência Episcopal de Mendellín (1968), que tinha por objetivo adaptar a América Latina às orientações do Concílio. A partir destes dois momentos, surgiu a importante corrente conhecida como Teologia da Libertação, responsável pela politização e engajamento de membros da Igreja. Essa corrente tinha uma forte inspiração socialista em que a noção cristã de libertação dialogava com a noção de revolução, apostava na transformação social a partir da mobilização guiada por princípios de justiça e solidariedade. Em apenas 4 anos já contava com 15 regionais no Brasil. Rodeghero, Guazzelli e Dienstmann (2013, p. 184) apontam a importância da CPT nas décadas de 1970 e 1980 no RS, ao auxiliar na organização de famílias de colonos sem-terra, em conjunto com setores das igrejas luterana e metodista, a fim de dar visibilidade e legitimidade para a luta pela reforma agrária. Discursos e símbolos religiosos tiveram um importante papel na construção da identidade e na coesão do movimento que se tornaria posteriormente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Como dito anteriormente, o Estatuto do Trabalhador Rural reconheceu o direito à organização. Conforme Favareto (2001), em poucos anos, inúmeras Federações foram criadas (entre elas a do Rio Grande do Sul em 1963) e também o número de sindicatos cresceu exponencialmente. Logo, essa forma de organização chegou aos menores e mais longínquos municípios, criando uma rede com uma grande capilaridade. Da mesma forma cresceu a CPT e também as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tanto a CPT quanto as CEBs têm sua origem no movimento da Igreja Católica, descrito anteriormente, que aconteceu no final dos anos 1960, início dos anos 1970. As CEBs foram a forma como a Igreja encontrou para se

¹⁸ Para saber mais sobre a CPT: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/comissao-pastoral-da-terra-cpt>.

articular, com o objetivo de chegar mais longe, dando maior autonomia para que pessoas leigas e suas comunidades pudessem reunir-se sem a presença frequente de um religioso.¹⁹ Cabe ressaltar que entre a criação da CPT (1975) e a da FETAG (1965) há uma década de diferença, ou seja, os processos não foram concomitantes. Picolotto aponta que a maior parte dos sindicatos no Rio Grande do Sul foram fundados na década de 1960, momento em que se iniciou o regime militar e, como ressaltava Favareto, a estrutura sindical foi consideravelmente afetada pela repressão e a censura, enquanto o final dos anos 1970 já apresentava alguns desgastes do regime. O que nos cabe compreender aqui é que a existência de uma estrutura sindical e das CEBs, criadas entre as décadas de 1960 e 1970, permitiram que nos anos 1980 muitos sujeitos, nos mais longínquos lugares do Brasil, pudessem fazer e discutir política.

Para entender de forma mais ampla o contexto dos anos 1980, nos quais transcorre o engajamento sindical de Rosa, também é preciso lembrar do processo de redemocratização em curso. Marcos Napolitano (2014) em seu livro sobre o regime militar nos aponta que já no ano de 1978 a luta civil pela redemocratização se ampliou contando com o apoio de estudantes, intelectuais, profissionais liberais, entre outros. No início dos anos 1980, com sérios problemas econômicos, perda de aliados, altas taxas de desemprego e a forte organização, principalmente de operários, manifestada por grandes mobilizações e greves, o regime mostrou fortes sinais de enfraquecimento. O ano de 1984 foi marcado pelo movimento das Diretas Já. Em 1985 Tancredo Neves foi eleito de forma indireta, demarcando o que Napolitano denomina como Nova República.

Assim temos um esboço do cenário que abrange a infância de Rosa até os anos 1980. Havia uma grande instabilidade causada pelas consideráveis mudanças estruturais geradas pela modernização na produção e, ao mesmo tempo, criaram-se espaços para discussão e formação política dos trabalhadores através, principalmente, dos sindicatos e das CEBs, um reflexo também do processo de abertura democrática.

Ainda, de acordo com Favareto, o espaço sindical passou a ser alvo de disputas e a dividir-se entre os que já o ocupavam, que passam a ser chamados, na forma mais pejorativa, como “pelegos”, que supostamente tinham uma forte ligação com as estruturas de Estado e acabavam por fazer uma gestão sindical que preconizava o assistencialismo e, do outro lado, o

¹⁹ Para saber mais sobre as CEBs: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematico/comunidades-eclisiais-de-base-cebs> .

chamado “novo sindicalismo”, os opositores, que vindos de uma formação com viés mais progressista, defendiam os sindicatos como espaço de luta e formação política.

1.3 A militância articuladora de Rosa

Haviam comentado que precisavam que mulheres assumissem a luta das mulheres e elas precisavam ser reconhecidas e tal... E eu meio longe do assunto porque até então, o que que eu conhecia? Eu conhecia casa, de roça, de canto e de costura... (risos) [...] Enfim, aí eu comecei a participar e me situar neste campo da luta, de que haveria a necessidade de fazer um movimento forte pra que as mulheres da roça tivessem o reconhecimento da sua profissão e que elas buscassem juntas os direitos da previdência, todos eles... o direito da maternidade, o direito do salário família, a aposentadoria, o direito à doença, o direito de fazer parte da entidade, porque até então as mulheres só podiam serem sócias do sindicato se fossem viúvas. E aí, era bastante coisa que precisava buscar e pra isso precisava bastante força. E precisava de pessoas disponíveis, que se dispusessem a caminhar um pouco mais longe pra fazer e que tivessem amor a isso. E como eu já sentia isso na carne, eu sempre era... não que eu quisesse, entende?! Mas eu era sempre indicada pra que fosse porque eu consegui captar toda a situação, toda a realidade.

Nesse trecho podemos notar como no começo de sua militância Rosa ainda considerava que seus conhecimentos seriam insuficientes para ocupar o espaço público e liderar as lutas das trabalhadoras rurais. Ela questiona: “o que é que eu conhecia?”, como se seus conhecimentos enquanto trabalhadora não fossem suficientes. Porém, quando lista as pautas percebe-se que houve uma materialização daquilo que Rosa define como o que “sentia na carne”. Ou seja, ao “participar” e “se situar no campo da luta” pode compreender que, na verdade, os problemas, que ela conhecia bem, eram justamente as pautas a serem reivindicadas pelo movimento.

Se pensarmos no campo de possibilidades de Rosa já entendemos que nos anos 1980 o meio rural estava em disputa e portanto, propício para a mudança. Conforme Schaaf aponta, em 1979, no Terceiro Congresso Nacional da CONTAG, apareceu pela primeira vez a discussão sobre as trabalhadoras rurais: “a partir do congresso, a preocupação da FETAG passou a ser, além da educação das mulheres, sua organização e participação no sindicato, porém como “esposas dos associados.”” (SCHAAF, 2001, p. 208). Ao apontar a delimitação da participação das mulheres enquanto “esposas dos associados” por parte da FETAG, a autora indica que, apesar desse movimento inicial de olhar para as mulheres, ainda não se considera a participação igualitária enquanto associadas ou militantes. Portanto, se Rosa narra que “*precisavam* que mulheres assumissem a luta das mulheres”, esses “sujeitos indeterminados” a quem ela se refere possivelmente entendiam que as mulheres eram mais

que somente “as esposas”. Rosa coloca isso no contexto das reuniões da própria FETAG e dos sindicatos ligados a ela, o que evidencia as disputas internas. Possivelmente o grupo da regional de Passo Fundo, o qual Rosa participava, tinha uma atitude mais progressista em relação aos que Schaaf se refere quando menciona o Congresso da CONTAG, demonstrando que não é possível fazer uma generalização para a postura de toda a Federação/Confederação. Nesse sentido Bordalo (2011, p. 11) se propõe a discutir porque não devemos nos ater a uma falsa noção dicotômica entre novo e velho, como se novos movimentos, como o das mulheres ingressando nos sindicatos, não pudessem ser concomitantes aos “velhos” movimentos que seriam mais conservadores. Ao compararmos o relato de Rosa e Schaaf vemos que na mesma organização esses movimentos ocorriam simultaneamente.

Nesse mesmo trecho, Rosa coloca que “precisava de pessoas *disponíveis*, que se *dispusessem* a caminhar um pouco mais longe para fazer e que tivessem amor a isso” (grifos nossos). Essa disponibilidade aparece com dois sentidos. O primeiro é a disponibilidade no sentido da vontade de participar, que Rosa relaciona inclusive com o sentimento de “amor” em seguida. Mesmo que ela relate que a iniciativa de inclui-la sempre partia de outros, não nega que se destacava, seja por “captar toda a situação”, seja pelo amor que tinha à luta. Destaco que Rosa também foi uma militante dedicada, prova disso são seus numerosos cadernos de anotações de reuniões que são fonte para essa pesquisa. Neles aparecem suas observações sobre reuniões, seus estudos sobre política e conjuntura, mostrando também o segundo sentido de disponibilidade, ou seja, uma disponibilidade prática, de tempo. Em 1982, ano que aponta como o início de sua militância, Rosa tinha 27 anos e sua primeira filha, Lizandra, pouco mais de 1 ano. Ou seja, mesmo sendo jovem e com o apoio do marido, Rosa era trabalhadora rural e mãe de uma criança pequena. Nesse sentido, relata as dificuldades e que precisou recorrer à “umas gurias, umas senhoras até, pra me cuidar as crianças”. Portanto, Rosa fazia boa parte do trabalho doméstico e, quando necessário, contratava alguém para cuidar dos filhos. Mesmo com as evidentes dificuldades, a possibilidade de contratar alguém para ajudar nas tarefas e no cuidado dos filhos para que ela pudesse assumir tarefas da militância configura-se como um privilégio que provavelmente a maioria das mulheres não pudesse acessar.

E aí que deveria ser uma das líderes que poderia puxar esse movimento a nível de regional, à nível de estado, além de município, que a gente já estava participando. E aí foi que a gente foi buscar, primeiro a busca de toda a realidade... Essa realidade vivida pelas trabalhadoras a gente buscou a nível de comunidades... Eu fazia reunião nas comunidades fazendo com que as mulheres pensassem a sua realidade e

que colocasse como elas se sentiam e perguntava também se estavam dispostas a lutar para conseguirem os seus direitos [...] Então foi um trabalho que eu iniciei em fins de 1982 a nível de regional... Fins de 1982, início de 1983... A gente foi fazendo reunião e mostrando a realidade em todas as comunidades e levando as ideias, as propostas a nível de regional. E outras regionais também estariam fazendo, não todas, mas outras estariam assim... Lançando as ideias de se fazer um movimento forte.

Os primeiros anos da trajetória de Rosa no sindicato de Casca se deram através da Comissão de Educação, papel que desempenhou até se tornar presidente, conforme seu relato.

²⁰ Em um dos relatórios de reuniões realizadas por essa Comissão, especificamente na Capela Monte Bérico em 04/11/1985, que faz parte do Livro de Atas de Reuniões de Diretoria e de Comunidade do ASTR, aparece uma lista de perguntas norteadoras que eram feitas a fim de incitar o debate.

“1. O que é sindicato e para que serve? 2. O que é FUNRURAL e para que serve? 3. O trabalhador rural tem interesse em se organizar? Por que? 4. Mulher trabalhadora rural tem interesse em se sindicalizar? Por que? 5. O trabalhador rural tem interesse de participar de movimentos de reivindicação?”

Essa lista de perguntas geralmente se repete em relatórios de reuniões em outras comunidades.²¹ Nela é possível observar que a comissão procurava levar informação e politizar os/as trabalhadores/as rurais e, nesse sentido também, incluir a importância da sindicalização e participação das mulheres. Através dos registros documentais que Rosa mantém em sua casa (cadernos de anotações e estudos) e que foram disponibilizados para esta pesquisa, foi possível perceber que o conteúdo das reuniões levado para as comunidades dialoga com o conteúdo das reuniões de formação que ela participava, principalmente em Passo Fundo, cidade referência de uma das chamadas regionais sindicais da FETAG. Nesses registros, que cobrem os anos de 1985 a 1987, percebe-se que havia uma formação que não se limitava a questionar a exploração e invisibilização da trabalhadora rural. Se tratavam de reuniões de formação com lideranças sindicais regionais em que se discutia a política agrícola, o preço dos insumos, a conjuntura política estadual e nacional, a atuação e formação dos partidos políticos. Portanto, a conjuntura política juntamente com a disponibilidade de Rosa, como visto anteriormente, permitiram que ela participasse de muitas reuniões em Passo Fundo, mas também nas comunidades de Casca, onde ela podia discutir com as trabalhadoras

²⁰ Apesar de Rosa determinar o início de sua militância em 1982, é somente a partir de 1985 que encontramos registros escritos acerca disso, tanto em seu acervo pessoal quanto no acervo do sindicato. Os documentos do sindicato anteriores à 1985 são bem sucintos quanto ao conteúdo.

²¹ Em alguns relatórios aparecem outras perguntas como, por exemplo, como estava a situação do sindicato, que provavelmente eram feitas pelas pessoas presentes na reunião e que não estavam no roteiro inicial da comissão.

rurais o que aprendia e, o que aprendia com elas, levava para os debates regionais. Portanto, Rosa militava respaldada pelo sindicato, articulando os relatos das trabalhadoras que ouvia nas comunidades e o conteúdo que aprendia nas reuniões regionais da FETAG, servindo quase que como uma ponte entre esses espaços e pessoas.

Em maio de 1985, Rosa esteve no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em Brasília, promovido pela CONTAG. Ou seja, também passou a participar do movimento que começava a articular-se nacionalmente, como delegada do sindicato de Casca. Caroline Araújo Bordalo, aponta que esse evento teve importância principalmente para as trabalhadoras rurais do Pólo Sertão Central da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape) que movimentam-se a fim de incluir uma proposta de compromisso da Confederação em criar estratégias para ampliar e estimular a participação das mulheres em toda estrutura sindical. Foram feitas cinco mil cópias da proposta para serem distribuídas aos delegados. No entanto, houve muita resistência dos sindicalistas a aderirem e apoiarem. Ainda conforme a autora,

“Nas conclusões do IV Congresso, algumas recomendações sobre a participação das mulheres são colocadas, tais como o estímulo à sindicalização bem como a formação política de lideranças. No entanto, é importante perceber que, nesse contexto, a demanda apresentada pelas mulheres recebe pouca atenção. Mesmo autores dedicados aos estudos sobre sindicalismo rural não se detiveram nessa questão. [...] No entanto, é o início de um processo que a partir desse momento conta com o respaldo de uma deliberação nacional por parte da Confederação.” (BORDALO, 2011, p. 49)

Mesmo que a movimentação das trabalhadoras rurais não tenha sido tão exitosa quanto o esperado, esse relato nos mostra como havia mulheres em outros estados também discutindo sua situação. O movimento dava sinais de que ganhava novas proporções que ultrapassavam os sindicatos e as federações. Nesse mesmo ano de 1985, Rosa já participava da articulação visando a realização do Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul. Abaixo, uma foto de Rosa sorridente na terceira fila, de baixo para cima. Uma das poucas mulheres que aparecem, durante o IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, em Brasília, 1985.

Figura 2 – Rosa no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (Brasília, maio de 1985) (na terceira fila, de baixo para cima)



Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca

1.4 O Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais

E daí que em 1984, se pensou na ideia de fazer um encontro estadual, mas que fosse bem programado pra chegar em 1985, no 17 de outubro de 1985, fazendo esse encontro, o Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais. E aí foi pra organizar tudo isso, houve muito trabalho, muito. [...] surgiu a comissão municipal, a comissão regional, a comissão estadual e pra fins desse encontro, a comissão executiva e eu fazia parte de todas elas, liderando todas elas! (risos) Então o trabalho aumentou porque eu teria que visitar todos os municípios da nossa regional e outros municípios de outras regionais onde era convidada. [...]

Como Rosa nos conta acima, um dos frutos dessa articulação que ela fazia entre as comunidades de Casca e as reuniões na regional de Passo Fundo foi a vontade de “levar a luta” a nível estadual. Para isso, Rosa e suas companheiras começaram a organizar um Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais. Marlise Fernandes e Helena Bonumá, que também participaram da organização do evento, relataram na *Live* das Margaridas, quais eram as expectativas iniciais do encontro e como essas foram superadas.²²

Marlise Fernandes: “O nosso encontro, que seria no auditório da Assembleia Legislativa, onde cabem 800 pessoas, foi no Beira-Rio, num lado todo da

²² Marlise Fernandes na época do encontro morava em Ponte Alta do Buricá, comunidade que pertencia ao município de Três de Maio. Helena Bonumá era estudante de Ciências Sociais da UFRGS e fazia parte do GEA (Grupo de Estudos Agrários). Helena não era trabalhadora rural mas militava junto a elas. Ambas tiveram e ainda têm longas trajetórias enquanto militantes que precisam de mais estudos.

arquibancada! [...] Nós conseguimos por meio de algumas pessoas que eram da diretoria do Internacional na época, [...] alguém nos indicou, nos sugeriu... “Olha, lá tem parceria e tal, quem sabe vocês vão no Internacional!”. Porque a gente foi na prefeitura não [conseguimos], a gente foi em vários lugares para ver o espaço maior e no dia vieram mais de dez mil mulheres!”

Helena Bonumá: “Aquele encontro causou uma confusão em Porto Alegre. Não só no trânsito mas ninguém acreditava... Em 1985, dez mil mulheres trabalhadoras rurais em Porto Alegre! Isso foi uma coisa inédita! Isso foi uma coisa inédita no Brasil! E para chegar nesse ponto, significa que teve 3, 4 anos de mobilização, 3, 4 anos de um monte de mulher como formiguinha reunindo, entrando no sindicato, se mobilizando...”

Como brevemente mencionado na introdução, em 2020 as organizadoras do Primeiro Encontro Estadual passaram a buscar o resgate da memória, das fontes e das próprias companheiras com quem perderam contato para comemorar os 35 anos do evento. Para isso criaram uma página no *Facebook* denominada “Movimento das Margaridas - Resgatando a Memória”. As fontes do acervo de Rosa produzidas pela comissão que organizou o evento apresentam outro nome: “Movimento/Comissão Estadual de Trabalhadoras Rurais”. Ou seja, temos dois ou três nomes para esse mesmo grupo, portanto chamo a atenção do/a leitor/a para que não se perca nesse sentido.

O relato de Helena nos mostra como essa estratégia de militância que Rosa desempenhava em Casca e em sua regional também era realizada por outras mulheres em outros lugares do estado. O tal “trabalho de formiguinha” mostrou resultado que, para surpresa das organizadoras, levou dez mil mulheres até Porto Alegre naquele dia.²³ O número pode até nos parecer um tanto quanto inexpressivo hoje, porém se considerarmos que muitos municípios do estado, como Casca hoje, têm menos de dez mil habitantes e que o trabalho consistia em articular as mulheres nas pequenas comunidades, desses pequenos municípios, durante anos, podemos compreender um pouco a sensação de êxito que é expressa nas falas. Marlise aponta que, com a inesperada expansão do número de participantes do evento, foi preciso procurar um lugar maior e que houve pouco apoio nesse sentido. Rosa afirma que “até então [até o encontro] a gente não tinha a FETAG. [...] Porque tudo era novo. Então, como tudo era novo, aquelas dificuldades de você criar consciência, de ganhar o apoio, de buscar o espaço e fazer acontecer.” Mesmo que em maio de 1985, a pauta tivesse sido discutida no Congresso da CONTAG e, como vimos anteriormente, por fazer parte dessa estrutura de

²³ Provavelmente a escolha de Porto Alegre como sede do evento não se deu somente por ser a capital do estado. Além de abrigar o governo estadual, também era onde se concentravam os maiores veículos de comunicação do RS. Pela disposição rodoviária, também há uma maior facilidade de deslocamento em comparação às cidades que fossem geograficamente no centro do Estado e mais perto para muitas caravanas.

unidade sindical, a FETAG era diretamente afetada pelas decisões e posicionamentos da Confederação, não houve o interesse da Federação em participar de forma ativa da realização do encontro. A resistência por parte das organizações sindicais acabou levando as trabalhadoras rurais a assumirem uma postura de defesa de sua autonomia. Com o crescimento do movimento e, conseqüentemente, de seu potencial político, perceberam que isso poderia despertar um “interesse eleitoreiro”, como relata Marlise na *live*:

“Nós aceitávamos os apoios, nós queríamos o apoio das instituições, mas quem tomava as decisões, quem organizava os eventos, quem decidia as pautas, quem definia as músicas que a gente cantava, as letras, as datas das atividades, a nossa forma de organização, sempre foram as mulheres! Nós fomos muitas vezes muito questionadas sobre isso e muito tensionadas, muitas pessoas queriam a partir daquele movimento organizado se aproveitar para ter outras vantagens e sempre, como naquela época as lideranças eram homens, quase todas, as mulheres quase não estavam nos espaços públicos, a gente dizia: “Os homens não vão usar o nosso movimento para eles, o nosso movimento é o movimento para as mulheres, para conquistar melhorias para as mulheres e para conquistar melhorias para agricultura, para as famílias. Nós não queremos ser usadas!”

Rosa nesse sentido também reforça uma estratégia que foi pensada para o dia do Encontro e que nos permite refletir sobre como o movimento começou a chamar atenção de outras forças como os partidos políticos, sinalizando o crescimento de sua importância naquele contexto.

E uma das coisas que a gente definiu pro bom andamento do encontro foi que ninguém ia falar em nome de político nenhum, não se ia dar espaço pra político nenhum, [...] todos poderiam querer tirar proveito da situação. E coube a mim tirar uma política do palco no dia (risos)! Porque eu era coordenadora geral. [...] A gente já tinha feito um histórico na abertura, como que ia ser o encontro e tal, de quem que era a palavra, quem que ia se manifestar e a gente queria a maioria das próprias mulheres que falassem as suas realidades. [...] E dito e feito, alguém subiu lá no palco e roubou o microfone e começou a gritar pras mulheres e eu tive que ter a habilidade de afastar [a pessoa] do palco porque o encontro, o nosso objetivo é esse e mais esse e deu. Nossa, quanto aplauso (risos)! Quanto aplauso!

Não encontramos, até o momento, outros registros sobre o evento além de alguns boletins do “Movimento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais” e os relatos de suas organizadoras. Schaaf (2001), em um breve parágrafo, menciona que tal evento representou o fracasso da cooperação entre os diferentes grupos de mulheres que se articulavam para organizá-lo e ainda significou a definitiva separação destes diferentes grupos, embora compartilhassem diversas reivindicações em comum. Certamente, a partir do relato de Rosa e suas companheiras, pode-se dizer que elas discordariam da autora. Possivelmente Schaaf entenda como fracasso o fato do movimento ter se fragmentado após o evento, porém, para Rosa e suas companheiras, houve uma percepção distinta.

De acordo com o *Boletim nº 4 - "Por que fomos a Brasília"* de maio/1986, do Movimento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais, após o encontro, decidiu-se que se organizaria uma caravana para Brasília a fim de levar as reivindicações das trabalhadoras rurais e exigir uma solução. Para tanto, foi feito um abaixo assinado em que se coletaram 100 mil assinaturas. Com esse documento barganharam a participação de uma representante na "Comissão que fiscalizaria e avaliaria o Novo Sistema Previdenciário", o que representa uma grande vitória construída a partir da articulação do Encontro.

De qualquer forma, é interessante pensar que Schaaf escreve através da perspectiva do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais - Rio Grande do Sul (MMTR-RS), um dos grupos que não participou dessa articulação pós encontro estadual e que como ela mesma aponta, desarticulou-se. O MMTR-RS só passa a se chamar assim a partir de 1989, antes disso chamava-se Mulheres da Roça. Portanto, no momento em que o encontro é realizado, o movimento ainda não tinha essa nomenclatura. Isso demonstra o quanto o movimento era diverso em suas estratégias e concepções, além de como aconteceram modificações em suas estruturas e nomenclaturas durante os anos 1980. Diferentes grupos, como por exemplo o MMTR-RS e as companheiras de Rosa que formaram a comissão que organizou o evento, tinham diferentes percepções estratégicas para objetivos iguais e/ou parecidos. Ao pensarmos nisso podemos remeter a noção de projeto que Gilberto Velho (1999, p. 32) apresenta: "Um projeto coletivo não é vivido de modo totalmente homogêneo pelos indivíduos que o compartilham."

Rosa e suas companheiras tinham seus próprios projetos individuais e coletivos que se construíram com base em suas experiências, possibilidades e interlocutores. Além disso, provavelmente, ao organizar e liderar o encontro, como orgulhosamente contam, isso tenha tido maior importância para elas, em relação ao seu projeto individual, do que para outras mulheres que simplesmente estiveram presentes no dia.

Ao relatar com tanta emoção este evento, assim como a importância que confere a ele dentro de sua trajetória, Rosa evidencia a estreita construção dessa narrativa que é delimitada por sua memória e seu projeto. "O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos" (VELHO, 1999, p. 86).

Figura 3 - Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Estádio Beira Rio, Porto Alegre - 17/10/1985



Fonte: Movimento das Margaridas. Disponível em:
<https://www.facebook.com/margaridasRS/photos/114688607080850>

Figura 4 - Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Estádio Beira Rio, Porto Alegre - 17/10/1985



Fonte: Acervo pessoal de Rosa Tres

Figura 5 - Logotipo do Movimento Estadual de Trabalhadoras Rurais. (Trabalhadora segura uma enxada em meio a uma margarida que se funde com símbolo do movimento feminista)



Fonte: Movimento das Margaridas. Disponível em:
<https://www.facebook.com/margaridasRS/photos/a.104116288138082/104120664804311/>

CAPÍTULO 2 - A presidência do sindicato

Foi a partir do Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais que novas estratégias e novos desafios se colocaram. Entre eles, a articulação para que Rosa se candidatasse à presidência do sindicato de Casca. Ao aceitar o desafio, Rosa se deparou com novas situações que colocaram à prova seus anos de militância, sua base, até mesmo sua família e intimidade. No presente capítulo descreveremos essas situações, sem esgotá-las, pois trataremos apenas da primeira gestão de Rosa no sindicato, considerando que a mesma se estende até 1989 e o presente trabalho, por questões práticas, tem uma delimitação cronológica que se encerra em 1988, ano em que a nova Constituição inclui os direitos das trabalhadoras rurais. Rosa ainda permaneceu como presidente por mais 2 gestões, ou seja até 1995.

2.1 – A campanha e a candidatura

O Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais além de mostrar publicamente a força da organização, foi a forma que as trabalhadoras rurais encontraram para se reunirem e discutirem quais eram as prioridades e as estratégias que deveriam desenvolver para alcançar seus objetivos. Após o encontro, foi impresso e distribuído o *Manifesto das Mulheres Trabalhadoras Rurais*, elaborado pela comissão que organizou o evento a fim de sintetizar as reivindicações e estratégias. O documento lista 13 estratégias, três delas falam diretamente sobre a organização do movimento e uma faz uma proposição, caso os objetivos não sejam alcançados. São elas:

- “1) Continuar a organização das mulheres trabalhadoras rurais em todas as comunidades, municípios, regiões e Estado, como já foi feito para este Encontro;
- 2) Promover a sindicalização da mulher rural, para atuarmos dentro dos nossos sindicatos e assim duplicarmos a força do movimento sindical;
- 6) Pressionar os dirigentes sindicais que não querem que nós nos organizemos;
- 13) Caso não formos atendidas em nossas reivindicações, iremos anular nosso voto nas próximas eleições. Que o voto da mulher rural não sirva mais para eleger aqueles que só estão enrolando.”

A estratégia número 1 determina a importância da continuidade do trabalho nas bases, já as estratégias 2 e 6 falam sobre a sindicalização das mulheres e a necessidade de pressionar os dirigentes sindicais que ainda eram contrários a isso. As outras estratégias não citadas são mais gerais como continuar as reuniões e formações, comemorar o 8 de março, introduzir as jovens no movimento etc. A estratégia 13 apresenta um tom quase que de ameaça ao utilizar o

voto das trabalhadoras rurais como uma barganha na negociação pelos direitos. Ao reunir 10 mil mulheres, o evento mostrou que de fato tinha uma potência política. Apesar de o documento não apontar explicitamente isso, Rosa relatou que foi a partir do Encontro Estadual que surgiu a ideia de que ela fosse candidata à presidência do sindicato de Casca, em consonância com as estratégias definidas por esse manifesto.

A comissão regional e estadual, os sindicalistas (teve alguns sindicalistas), outras regionais, eu lembro que teve de Bento [Gonçalves] (tinha comissão de mulheres e os sindicalistas de lá também), que me conheceram e trabalharam junto nessa parte de organizar o encontro estadual e que também sentaram com a nossa regional e até com os nossos dirigentes... Só que os nossos dirigentes não aceitaram [...], mas eles foram junto, convidados pra discutir a questão porque pela luta das mulheres precisava que as próprias mulheres se fizessem ouvir. Então assim, elas precisavam ser representadas por alguém, por uma liderança que fosse ouvida. E como não tinha mulheres presidentes de sindicato, a intenção foi que eu fosse a primeira a ser eleita pra conduzir melhor, mais forte no sentido de chegar aonde nós queríamos chegar, que era colocar os direitos na Constituição. [...] surgia a necessidade de Casca ter uma presidente de sindicato.

Mesmo com a resistência dos dirigentes do sindicato de Casca, no dia 18 de novembro de 1985 foi feita uma Assembleia Geral Extraordinária no município tendo como pauta a sindicalização das mulheres. Além de contar com a presença de 321 associados, naquele dia, conforme registra a ata, também estavam presentes outras lideranças regionais como representantes de municípios vizinhos e assessores da regional sindical da FETAG de Passo Fundo. O registro dessas presenças pode ser considerada uma evidência do que Rosa relatou no sentido de que existia uma movimentação regional com o intuito de apoiar sua candidatura. Mesmo que nessa assembleia a questão da candidatura ainda não apareça de força explícita, para que Rosa disputasse a eleição era necessário que se aprovasse em assembleia a alteração do Estatuto permitindo que as mulheres se tornassem sócias e, portanto, que pudessem candidatar-se a cargos de diretoria. Dessa forma, com a aprovação de tal mudança, estava dado o primeiro passo para que Rosa fosse presidente e para que outras mulheres entrassem no sindicato.

A ata registra também que houve muita discussão, principalmente quanto à forma como seria feita a cobrança das mensalidades para as novas sócias. Foram feitas duas propostas, elaboradas em reuniões de lideranças, ou seja, o tema foi amplamente debatido antes que fosse votado em assembleia. A proposta vencedora foi a que preconizou o não prejuízo monetário nem para as famílias, nem para o sindicato. Portanto, aprovou-se um pequeno reajuste que pudesse cobrir as despesas do sindicato, mas que a mensalidade de 12

mil cruzeiros seria considerada repartida pelo casal, 6 mil cada um. Nesse mesmo dia, em outubro de 1985, foram definidas as datas para a realização da eleição para junho do ano seguinte. Como Rosa relata, apesar de contar com o apoio e incentivo de muitas lideranças regionais, a situação interna do sindicato não era tão favorável. Alguns meses depois, em março de 1986, Rosa deu à luz seu segundo filho, Jonatas. Nas suas palavras,

Em 1985, com aquele encontro, já surgiu... a primeira mulher que vai ser eleita presidente de sindicato vai ser a que coordenou o encontro estadual (risos). Ai o fardo começou a ser maior né? Ai a gente pensou “mas como eu?”, “não, você vai se candidatar”, “mas nós temos alguém lá que vai fazer oposição e tal...”, “não, vamos tentar”. Porque já era 17 anos que eram as mesmas pessoas, se não me engano, eram 3 ou 4 gestões, enfim. [...] E aí não houve consenso e eu estava grávida e a eleição iria ser em fim de junho e eu ia ganhar em março. Só que o trâmite de se fazer essa eleição, o sindicato tinha estatuto, tinha que respeitar, então tinha datas pra serem respeitadas. E quando eu estava no hospital pra ganhar nenê o cara chegou lá e disse: “tu não vai deixar eu concorrer?”. Essa foi uma coisa que me marcou muito. “Tu não vai deixar eu concorrer? Eu tô indo agora, tô me reunindo agora com um grupo no lugar tal, com tantos agricultores lá, pra gente fazer uma outra chapa.” Assim, eu tava na cama do hospital com meu filho do lado. Enfim, eu fiz pouco caso daquilo, não liguei muito até porque pelo estado que a gente tava né? Mas depois quando levei pra nossa comissão, levei pra regional a situação e tal, todos acharam que eu devia concorrer igual e eu fui.²⁴

Nesse trecho Rosa nos relata uma situação extremamente desagradável a qual foi submetida. Entre a assembleia de outubro e o parto de Rosa em março, foram quase 5 meses em que poderia ter se discutido isso de forma mais adequada. Por que escolher justamente o dia do nascimento do filho de Rosa para comunicá-la que fariam uma chapa de oposição e que estariam se movimentando enquanto ela estava no hospital? É preciso colocar em perspectiva que essa situação ocorreu dentro de um sistema que agride as mulheres, em muitos casos de forma fatal, como no caso de Margarida Alves que foi brutalmente assassinada, e em outros de forma simbólica, pelo simples fato delas romperem com a ideia de que às mulheres pertence somente o espaço privado. Ao citar o assassinato de Margarida, é preciso ressaltar as diferenças de uma forma não leviana entre estas duas militantes, ambas pioneiras em seus estados quanto a ocupação da presidência de um sindicato de trabalhadores rurais. Talvez essas diferenças possam nos ajudar a achar pistas para entender os distintos desfechos de cada trajetória. Precisamos considerar que Margarida militava na Paraíba, espaço com grandes conflitos de terra e um recorte de classe e raça que deve ser demarcado. Enquanto Rosa no RS, se inseriu em um contexto de militância entre pequenos proprietários de terra.

²⁴ Por razões éticas, a identidade do sujeito que foi ao hospital intimidá-la foi ocultada, assim como outras informações que pudessem levar a sua identificação.

Rosa diz primeiro que tal situação a marcou e depois que “fez pouco caso”, configurando um certo conflito de sentimentos, porém, entre tantas situações que poderiam ser relatadas sobre esse período, essa foi ressaltada. Rosa sabe que isso é uma prova do quanto o espaço que ela estava ocupando incomodava. Nesse caso ainda, seu oponente político utilizou-se de um momento de grande vulnerabilidade dentro de sua vida enquanto mulher e mãe para intimidá-la politicamente. Sua vulnerabilidade foi explicitamente utilizada como estratégia política. Uma estratégia que não deixa de ser violenta.

Só porque uma mulher ocupa o espaço público é aceitável que seu espaço privado seja invadido dessa forma? Esse episódio tem uma potência simbólica de análise se pensarmos que, ao invadir o espaço privado, o sujeito procurou explicitar e fazer Rosa pensar que ela deveria resignar-se ao espaço privado, à maternidade, como se ao tornar-se mãe ela fosse incapaz de ocupar a presidência do sindicato. Ainda hoje ecoa um discurso de que as mulheres devem receber menos ou não ocupar cargos políticos porque são mães, porque menstruam, concentrando no fator biológico o argumento que tenta validar as disparidades de gênero e a resignação das mulheres ao ambiente doméstico.²⁵

A partir desse trecho também podemos pensar que, apesar de construir um projeto coletivo com as trabalhadoras rurais e também transformar essa luta em seu projeto individual, ao se candidatar à presidência do sindicato, Rosa não abriu mão de casar e ter filhos. Mary Garcia Castro (1992, p. 67) aponta que, segundo relatos, a maioria das líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador abriram mão de casar e ter filhos para poder militar. Uma delas chega a falar “eu acabei ficando com o sindicato, esta é a minha luta. [...] O problema é que se você casa, você tem que ficar em casa tomando conta do marido e da criança.” A fala é indicativa de escolhas que muitas mulheres tiveram que fazer. Rosa, porém, encontrou uma terceira via. Com o apoio da família, pode ter seu projeto individual de família e de militância. Isso deve ser levado em conta considerando também a questão de classe. As mulheres do sindicato de Salvador eram domésticas, enquanto Rosa e sua família eram pequenos agricultores, donos de uma pequena propriedade rural de onde tiravam seu sustento. Portanto, contar com uma base financeira e de apoio familiar foi fundamental para que ela pudesse desempenhar as duas funções, por maiores que tenham sido as dificuldades.

25

<https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravidar.html>

Ao analisar a composição das chapas daquele ano, percebe-se que o marido de Rosa não concorreu. Ela mesma menciona que nas gestões anteriores, ele sempre ocupava algum cargo e naquela ocasião retirou-se. Possivelmente porque sua esposa estava concorrendo à presidência e já dedicava uma boa parte de sua rotina à militância. Favareto analisa brevemente a trajetória de 3 lideranças sindicais nos anos 1970, entre elas a de Salete Escher, sindicalista do sudoeste do Paraná. Salete já era uma liderança sindical quando em 1979 se casou e passou “a se ocupar mais com o trabalho rural, enquanto ele [marido] se dedica com mais liberdade à militância.” (FAVARETO, 2001, p. 19). Salete só retornou à militância no final dos anos 1980 quando as pautas de gênero ganharam destaque no sindicalismo. Ao compararmos as duas trajetórias, percebemos as dinâmicas de dois casais militantes. Favareto não comenta se Salete tinha filhos pequenos quando afastou-se do sindicalismo para que seu marido tivesse mais “liberdade”, mas podemos inferir que, enquanto casal, foi feita uma escolha considerando que os dois não poderiam estar concomitantemente militando. No caso de Rosa e Elzir também. Mesmo que ele já tivesse uma trajetória de atuação no sindicato e que tivessem naquele dois filhos pequenos, provavelmente optou por se afastar para que Rosa pudesse realizar seu projeto individual e coletivo também. Porém, pelas evidências e pela bibliografia é possível perceber que é mais comum as mulheres se retirarem da militância e do espaço público ao optarem pelo casamento e pela constituição de uma família, ou então, não casarem para poder militar. O caso de Rosa nesse sentido pode ser considerado uma exceção.

Marco Aurélio Garcia (1997) ao analisar a atuação de mulheres em organizações clandestinas do Brasil e da Argentina nos anos 1960 e 1970 aponta para a dificuldade em incluir as mulheres na historiografia por estarem sempre relegadas à esfera privada. Por isso defende a importância de buscar elementos dessa esfera também para ampliar a compreensão sobre a militância, não só das mulheres mas dos homens também. O autor reforça que militantes são pessoas concretas, com crenças, influências religiosas, valores éticos, antecedentes familiares, aspectos que inevitavelmente influenciam sua atuação política. Por isso é preciso repensar essa dicotomia que se coloca entre público e privado quando se pensa em militância e trajetória política.

“A historicização/politização do cotidiano dá significado a problemáticas “marginais” confinadas à vida privada, e reabilita o récit feminino, descartado frequentemente por seu “tom confessional”, quando não por seu “psicologismo”. Não se trata de uma tolerância epistemológica (politicamente correta) diante da fala das mulheres, mas de entender que é através desse tipo de relato que se pode iluminar problemáticas até então indevassadas do mundo da ação política - como a da militância - esse domínio onde se dá a mediação e o choque entre as grandes

formulações estratégicas e as duras exigências da realidade.” (GARCIA, 1997, p. 338)

No caso do relato de Rosa sobre seu parto e como isso foi utilizado de forma política para afeta-la, fica visível que a esfera pública e privada não podem ser separadas ao analisar sua trajetória enquanto militante. Será que no caso de um candidato homem, com um filho recém-nascido, isso seria utilizado dessa forma? É difícil responder essa pergunta porque, ao analisar trajetórias de homens na política, poucas vezes se incluem aspectos da vida privada.

2.2 A vitória contestada

Em julho de 1986, Rosa venceu as eleições e tornou-se a primeira mulher presidente de um Sindicato de Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul. Foram 1.801 votos, desses 1.702 válidos, sendo 729 para a Chapa 1 e 973 para a Chapa 2, a chapa de Rosa, ou seja, 244 votos de diferença. Como vimos, em outubro de 1985, o sindicato de Casca aprovou em assembleia a sindicalização das mulheres. Apenas 8 meses separaram esses dois eventos, portanto, foi este o tempo que as mulheres tiveram para se sindicalizar. Não tivemos, no entanto, acesso aos dados para saber quantas delas efetivamente se sindicalizaram neste período. Questionei Rosa sobre isso: havia uma forte oposição à sua candidatura que era composta por um grupo de homens que já estava há pelo menos uma década no poder e, naquele contexto, os homens é que determinaram a eleição e não as mulheres, o grande foco da militância de Rosa até aquele momento. Perguntei à Rosa ao que ela atribuía sua vitória. Ela respondeu que desde os 15 anos, quando ensinava corte e costura a outras mulheres, e com o grupo musical de seus irmãos em que era vocalista, acabara se tornando uma pessoa conhecida na região.²⁶ Esses dois exemplos apresentam formas de exposição pública que podem ter ajudado Rosa a assumir as tarefas sindicais e a ser vista como uma liderança. Inclusive, suas habilidades musicais sempre foram parte de sua militância de uma forma ou de outra. Apesar de deixar a banda que cantava com seus irmãos depois de casar-se, Rosa nunca abandonou a música. Prova disso é que antes do Primeiro Encontro Estadual foi realizado um

²⁶ Outra possibilidade que poderia explicar o pioneirismo e destaque que Rosa, no início de sua trajetória como militante, seria um possível acesso à educação diferenciado. Porém, não é o caso. Rosa nos relatou que apesar de ter uma escola a pouco mais de 500 metros de sua casa, a mesma não oferecia uma formação completa. Nessa escola, estudou com dificuldades até “a 5ª série” e que quando já tinha cerca de 18 anos a escola passou a oferecer “a 6ª e a 7ª série” também (o que seria hoje equivalente ao ensino fundamental). Somente no último mandato como presidente do sindicato, no começo dos anos 1990, Rosa concluiu seus estudos básicos através de um supletivo. Depois disso ainda cursou 1 ano e meio da faculdade de Administração.

concurso para escolher o hino que representaria o movimento. A composição de Rosa foi a vencedora e até hoje é símbolo e referência no movimento das trabalhadoras rurais no Rio Grande do Sul.²⁷ Mas Rosa reconheceu em si algumas outras habilidades e estratégias que contribuíram para sua vitória.

Eu acho que é essa habilidade de não desmerecer os homens! Eu acho assim, o meu trabalho de base foi um trabalho bonito. E outro fator, eu era conhecida. [...] Então eu tinha a minha liderança impregnada em toda a parte. Eu tive oportunidade de me empenhar na luta, de conhecer, de trazer à tona... E eu tinha vontade de que isso acontecesse até por mim mesma, entendeu? Pelas mulheres, pelas tias, por todas! E isso foi levando... é que nem uma engrenagem, foi indo! O bonito foi da eleição que a gente discutiu depois nas comunidades, respeitando a outra chapa também. A gente colocava que a minha candidatura não seria uma oposição direta à outra que já tava lá, mas pelo contrário, que eles não quiseram assumir junto, porque eles poderiam assumir junto, me deixando como candidata pela luta das mulheres e eles se negaram. E eu precisei organizar uma outra chapa e tava ali não pra colocar homem contra mulher, mas sim a mulher que está em casa, que precisa somar na família junto com o marido. Esse foi o discurso: ela precisa somar! E pra ela somar ela precisa ser reconhecida e pra ela ser reconhecida nós precisamos colocar na Constituição e pra colocar na Constituição nós precisamos de organização e força. [...]E eu sou candidata porque eu quero ser a mulher que vai levar essas propostas até Brasília. Junto com as demais do estado mas que aqui de Casca eu ia ser a primeira presidente de sindicato a nível de Rio Grande do Sul né...

O que vemos no relato de Rosa é esse esforço de construção de um sindicalismo que incluísse as mulheres e os homens. Isso é muito presente em sua fala. A intenção não era excluir os homens mas sim que esses entendessem que as mulheres também tinham suas pautas e queriam contribuir para a luta em conjunto. Se Rosa tivesse adotado um discurso mais radical, de separação, divisão, possivelmente ela não teria sido eleita. Seu tom conciliador tornou-a uma liderança da luta das mulheres e dos homens também. Até com os opositores, Rosa sinaliza que sempre esteve aberta para o diálogo mesmo com os atritos.

Mary Garcia de Castro (1995) ao analisar especificamente as relações de gênero no espaço sindical, partindo do Sindicato dos Bancários de Salvador, conclui que são muitos os desafios que se colocam para as mulheres que querem ocupar esse espaço. Um espaço que seguidamente é chamado de “mundo masculino” mas que para ela, na verdade, se trata de uma forma dicotômica de perceber esse ambiente, o que acaba por naturalizar jogos de uma linguagem que colocam as mulheres enquanto agentes passivas da relação.

“Minha tese é que as mulheres no Brasil, relacionadas a um sindicalismo de classe, vêm lidando com tais desafios e contribuindo para revisões da cultura do trabalho, na re-estrutura do velho (os sindicatos), na adaptação do novo (práticas de movimentos sociais), isto é, o feminismo, para um projeto de classe, no seu fazer-se. É um processo amplo. Para tanto, as mulheres sindicalistas têm que recorrer à

²⁷ A partir do minuto 00:13:45 na *Live* das Margaridas podemos ver Rosa interpretando o hino.

criatividade no lidar com suas “violências simbólicas”, a paixões, os privilégios e as práticas políticas tradicionais dos companheiros, outras exclusões por conta de outras arrogâncias normalizadoras da cultura e da violência das relações capital e trabalho, em tempos de globalização.” (CASTRO, 1995, p. 51)

A postura de manter-se aberta ao diálogo na fala de Rosa é próxima do que Castro aponta como um recurso à criatividade para lidar com as “violências simbólicas” e as reticências que muitos homens tinham em relação às mulheres ocupando os sindicatos. No caso de Rosa, essa criatividade se deu também através de outras habilidades que ela já tinha, como a costura e a música, linguagens que a aproximaram de seus eleitores e eleitoras. Mesmo que hoje Rosa aponte para essa postura agregadora, em seu *Discurso de Posse*, parte do acervo do Sindicato de Casca, a mesma cita as dificuldades encontradas durante a candidatura, como vemos no trecho abaixo.

“Eram momentos difíceis de risos e lágrimas ao mesmo tempo, pois enquanto um grande grupo me escolhia para defesa de seus direitos, certos com interesses particulares do outro lado me pressionavam. Por diversas vezes tive vontade de largar tudo e cuidar dos meus afazeres e minha família, pois na situação em que me encontrava, melhor seria não me preocupar com nada, mas, por outro lado seria desperdiçar um trabalho realizado nas bases e, respeitando a decisão das lideranças, não pensei no meu estado, pensei em uma classe inteira e no quanto eu podia contribuir em benefício da mesma.”

No discurso de Rosa ainda vemos indícios de uma noção de que seu lugar talvez fosse o ambiente doméstico com a família e os filhos. Ela denuncia os conflitos e que esses se embasavam em “interesses particulares”. Também é possível observar que sem uma base de apoio sólida talvez Rosa não tivesse persistido. Ao contrário, uma base de trabalho sólida, com anos de reuniões e estudos, a fizeram sentir-se preparada e legitimada para assumir a presidência do sindicato.

Mesmo com todo apoio, mesmo com sua postura conciliadora e mesmo com a vitória nas eleições, Rosa continuou sendo contestada enquanto presidente do sindicato. Na mesma semana da eleição, o Jornal Diário da Manhã da cidade de Casca entrevistou os opositores de Rosa sobre o resultado das eleições e a perspectiva de futuro com a nova diretoria.²⁸

“Numa conversa franca, representante da chapa 1 se pronunciou a respeito das campanhas, no decorrer das eleições e *o futuro da entidade agora nas mãos de uma mulher*:

DM: As eleições transcorreram normais, houve algum imprevisto?

Chapa 1: Se não fosse pela *intervenção de certas pessoas (forças ocultas) de fora do município e do quadro social do STR, teria ocorrido tudo dentro das normalidades, esses elementos pressionaram os eleitores e os mesários para haver uma mudança.*

²⁸ Na fonte a seguir optamos por modificar o texto de forma a generalizar para a chapa 1 as respostas que, na verdade, foram concedidas por uma pessoa só. Tal decisão ocorreu para não expor o entrevistado apesar de ser uma fonte pública.

O eleitor sofreu muitas pressões, principalmente os *analfabetos* [...] foram enganados pelos *forasteiros*. [...]

DM: Esta diretoria contará com o seu apoio?

Chapa 1: Em que puder ser útil, de minha parte estarei sempre à disposição dos associados pois sei que vão precisar, pelos conhecimentos que temos, principalmente na Previdência, transporte de doentes de Porto Alegre e Bento Gonçalves e Passo Fundo a Santa Maria. [...] o quadro social jamais esperava um resultado favorável a chapa 2, reconhecendo os longos anos de trabalho, os serviços prestados ao associado a nível de previdência, política agrícola, política agrária... [...]

DM: O que levou a líder sindical Rosa Tres a vencer as eleições?

Chapa 1: Nas reuniões ela colocava que a curto prazo, conseguiria a aposentadoria da mulher. Isso conquistou grande parte do eleitorado. Com respeito a nova diretoria, não se sabe até o momento como ficará a distribuição dos cargos; quem será o presidente, tesoureiro, secretário. *Os elementos que compõem a 2, são agricultores com exceção da encabeçadora da chapa, Rosa Tres, quando solteira fazia parte de um grupo musical, ao contrair matrimônio a profissão dela é costureira e não trabalhadora rural. Quem perdeu não foi a Chapa 1. Quem perdeu foi o povo.*” (Grifos nossos)

Essa entrevista nos apresenta inúmeros elementos para analisarmos as relações de gênero, a trajetória de Rosa e como seus opositores a viam. A começar pelo jornal questionando o que se pensava quanto ao fato de o sindicato passar para as mãos de uma mulher, indicativo de que isso era uma grande mudança ou mesmo um perigo, quase uma indução da resposta que viria em seguida, já supondo o atrito entre as chapas e o uso disso como um fator a ser considerado para avaliação do futuro. Aqui cabe lembrar que Rosa foi a primeira mulher no estado a ocupar tal posição, possivelmente isso deve ter gerado espanto e uma repercussão maior do que podemos ver nessas fontes. Em geral, as perguntas que seguem têm a mesma tendência de induzir o atrito e as respostas se encaminham nesse sentido também.

O conteúdo da entrevista indica que a Chapa 1 tinha uma prática assistencialista na condução dos trabalhos do sindicato. Isso fica evidente quando cita exemplos do trabalho desenvolvido dando ênfase nas questões previdenciárias que, como vimos no capítulo anterior, eram geridas pelos sindicatos através do FUNRURAL e que prestavam assistência médica aos trabalhadores rurais, nesse caso exemplificado pelas viagens de transporte de doentes a cidades maiores. Enquanto isso, o relato de Rosa, assim como as anotações de seus cadernos e os alinhamentos das estratégias do encontro estadual demonstram como ela se aproximava mais do novo sindicalismo, com um enfoque maior na noção de que os sindicatos deveriam ter uma postura mais combativa e organizativa da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, sempre lembradas em seu relato apesar do tom conciliador. Quando questionados sobre a possibilidade de apoiar a nova diretoria, demarcam o apoio aos

associados excluindo qualquer possibilidade de trabalho conjunto, como Rosa relatou em seu discurso de posse que gostaria que tivesse acontecido.

A oposição, ao expressar sua incredulidade na derrota, também demonstra o incômodo pelo fato da chapa de Rosa contar com o apoio de “forasteiros” ou de “forças ocultas”, que provavelmente se tratavam das outras lideranças regionais que, como vimos anteriormente, apoiaram a candidatura de Rosa. Também no sentido de desprezar a vitória da oponente, a chapa perdedora atribui aos “analfabetos” e à pressão sofrida pelos mesários as causas da derrota, deixando assim aberta a possibilidade de fraude na eleição, mesmo que depois apontem alguns elementos como a promessa da mudança breve da previdência como um artifício de convencimento que teria levado a chapa 2 à vitória.

Ao final da entrevista, mais uma vez se reforça o descrédito a Rosa enquanto trabalhadora rural, colocando-a como “costureira” ou “parte de um grupo musical”. Isso embasa o que discutimos no capítulo 1, quanto ao não reconhecimento das mulheres do campo enquanto trabalhadoras rurais, por mais variadas que fossem suas tarefas, por mais que exercessem as mesmas atividades que os homens. Nesse caso, o desmerecimento da profissão de trabalhadora rural também se estende à trajetória como militante, desdenha dos anos em que Rosa estudou, se preparou e se articulou, construindo relações com lideranças por todo o estado.

Outro fator importante para analisarmos nessa entrevista é um indicativo do que aconteceria logo após. A chapa perdedora afirma que ainda estava indefinida a distribuição dos cargos dentro da diretoria apesar de apontarem Rosa como “encabeçadora da chapa”. Rosa relatou que logo após a vitória houve uma “tentativa de golpe” por parte de seus companheiros de chapa, o que nessa entrevista aparenta já ser do conhecimento dos opositores.

Depois de tudo feito, acharam uma brecha no Estatuto que depois da eleição poderia ser revista a chapa. E que poderia ser trocado o presidente. E aí, 5 dias depois da eleição, convocaram uma reunião da diretoria e chegaram alguns elementos que só votaram e esse outro que era da diretoria junto comigo e botou outras pessoas pra falar, pra dizer que a chapa poderia ser reconstituída e que eu não precisava ser a presidente. [...] Aí eu disse assim: “Não, pera aí. O que vocês estão tramando? Eu não vim aqui pra isso. Nós viemos aqui pra conversar sobre a nossa gestão. Eu concorri como presidente de sindicato, eu fui eleita como presidente. Isso não pode estar sendo mexido.” E daí, do meu lado tinha bastante gente. Aí deu o maior rebuliço. Mas daí não foi, teve que ceder. [...] Daí também tive que enfrentar e... Mas assim, sempre com diálogo, com organização, com as minhas lideranças junto, a gente reunia tudo, as lideranças e decidia as coisas e tocava em frente. E consegui fazer. Não foi fácil, a gente teve que ter muita força de vontade, de diálogo pra não dividir e valeu porque depois daí eu consegui 3 gestões [como

presidente do sindicato]. [...] machismo, puro machismo. Porque mulher não pode... “Tu não vai assumir como presidente”.

Michelle Perrot (2017) ao pensar na construção da divisão entre espaço público e privado considerando gênero como critério, remete ao medo que os homens sentem, principalmente da “potência materna” criada a partir de alguns mitos religiosos e até mesmo da literatura. Esse medo apontado pela autora dialoga diretamente com o episódio em que houve a tentativa de intimidar Rosa logo após tornar-se mãe. Porém, para Perrot, esse medo não é a única fonte que alimenta o que ela chama de “antifeminismo” do início do século XX, pois esse

“alimenta-se antes das conquistas das mulheres, do esboço, ainda que tímido, de uma inversão de papéis pela “mulher emancipada” que reivindica a igualdade dos direitos civis e políticos, o acesso às profissões intelectuais e recusa, justamente, confinar-se à “vocação” materna. Essa “nova Eva” (a expressão é de Jules Dubois em 1896) suscita o fervor daqueles – poucos – que sonham com companheiras inteligentes e livres, porém mais generalizadamente o medo daqueles que temem ser desbancados e veem nessa ameaça do poder feminino o risco de degenerescência da raça e de decadência dos costumes.” (PERROT, 2017, p. 165)

Ou seja, muito dessa reação, tanto dos opositores quando dos próprios companheiros de chapa pode ser considerado como um antifeminismo que tem medo de mulheres que não se resignam somente ao espaço que historicamente lhes foi atribuído, muito mais das mulheres que disputam espaço de poder sem desvincular-se ou abrir mão da vida doméstica, como é o caso de Rosa.

Souza-Lobo (2011, p. 236) argumenta que a cidadania é para o homem algo natural enquanto para as mulheres ela requer um desvio que a justifique. A necessidade de se justificar denuncia o fato de que as mulheres historicamente foram afirmadas no âmbito do privado e, quando se tornam efetivamente cidadãs, o fazem porque são mães, são casadas, trabalhadoras etc. Ou seja, para as mulheres a cidadania deve ser justificada. Rosa mostra em sua fala as marcas desse constante lembrete que ela precisava demarcar para si mesma e para os outros justificando o lugar que queria ocupar. “Porque mulher não pode... “Tu não vai assumir como presidente””. Ela fala e hesita, repete a frase, troca o sujeito, transfere para a terceira pessoa esse julgamento, mas ainda quase o reproduzindo para si. Essa análise de Souza-Lobo é bem característica da trajetória de Rosa que vimos até então. Mesmo justificando, procurando convencer que era trabalhadora, que era esposa e mãe, sua cidadania e sua presença nos espaços públicos sempre foi questionada.

2.3 A primeira gestão de Rosa (1986-1989)

Mesmo superando as primeiras adversidades enquanto presidente eleita, os desafios ainda eram muitos, tanto no âmbito da vida pessoal quanto na militância, que agora precisava na prática abranger, não somente as pautas das mulheres, mas as pautas mais amplas da agricultura também. Mesmo com muitas tarefas, Rosa não deixou de realizar seu trabalho de formação nas bases, nas comunidades.

A gente ia nas comunidades, eu ia nas comunidades, tive uma dificuldade muito grande em 1986 quando fui eleita, eu não dirigia e poucas mulheres dirigiam. Então até nisso tem história (risos). Aí eu tive que ir aprender e quando eu comecei a andar pela cidade... “Olha aquela lá do interior, aquela lá aprendeu a dirigir...”, entende? É uma mulher... (Risos) Tinha que ser a primeira em tudo! [...] É, porque a gente abriu muitos caminhos e quebrou muitos tabus e foi indo. Eu tinha que fazer reunião nas comunidades e ele [Elzir, marido de Rosa] não podia me acompanhar sempre. Alguma vez ele me levava, outras não porque tem os afazeres e aí tinha as crianças. E aí eu tive que aprender. E os demais da diretoria também... Aí tu tem que sair com alguém, às vezes... “Ah, aquela mulher tá indo fazer reunião com aquele lá...” [...] Aquilo também, mas eu sempre de pulso firme. Eu sou mulher, sou trabalhadora, sou presidente do sindicato, tenho uma família e prezo muito pela minha família. Esse era o lema. Então, não é porque eu to indo fazer uma reunião e junto foi um dirigente sindical que eu tenho que ser qualquer mulher. [...] E não ia deixar de fazer um trabalho que precisava ser feito só porque alguém ia acompanhar que não era... [...] Mas tipo assim, quando era pra ir a Passo Fundo, saía o carro do sindicato. Então, vai a Passo Fundo sozinha, no começo, eu não sabia, tinha que ir acompanhada de outras pessoas. Depois quando eu aprendi a dirigir, daí tudo mudou. [...] “Ah, essa daí vai aonde com aquele lá?” (Risos). [...] eu vinha pra casa e chorava junto com o meu marido, mas enfim, passou!

Mary Garcia de Castro ao pensar gênero e a divisão espaço público e privado cita Sennett (1988), que ao referir-se ao século XIX, diferencia os significados de público para homens e mulheres. “O público seria o lugar onde a mulher correria o risco de “perder a virtude, enxovalhar-se, ser envolvida em um estonteante e desordenado torvelinho”. Já para o homem burguês, o público seria o espaço que lhe permitiria despir-se de suas “características de respeitabilidade que se supunha estarem encarnadas na sua pessoa, enquanto marido e pai, no lar”. (CASTRO, 1992, p. 58). Essa citação e essa noção são propícias para pensarmos o trecho em que Rosa relata as fofocas que faziam por ela seguidamente estar com homens que não eram seus familiares, nem mesmo seu marido, por estar desempenhando as tarefas que cabiam à ela por ser a presidente do sindicato. Ao ocupar o espaço público, Rosa teve sua “virtude” atacada, precisando veementemente reforçar seus valores enquanto esposa e mãe, como aparece no relato. A única forma de resolver a situação foi aprendendo a dirigir e mesmo assim foi alvo de olhares atravessados e fofocas.

Nesse sentido e em outros, a trajetória de Rosa se assemelha com a de Luci Choinaski, a terceira mulher na história a ocupar um cargo de Deputada Estadual, em 1986 pelo estado de Santa Catarina. Talvez a única camponesa a chegar, na década de 1990, ao Congresso Nacional, em que exerceu três mandatos como Deputada Federal. Segundo Maria Ignez Paulilo e Cristiane Bereta da Silva (2010, p. 44) “não faltaram observações sobre suas roupas, jeitos de ser, falar e agir oriundos de comentários de outros parlamentares, inclusive colegas do próprio partido.” Ou seja, é recorrente a utilização desses artifícios e desse tipo de discurso para tentar desestabilizar ou deslegitimar mulheres ocupando o poder.

Ao tornar-se presidente, Rosa passou a ter mais responsabilidades, a partir daquele momento não era mais somente uma militante do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, passou a ser uma representante de toda a classe. A capacidade de articulação de Rosa foi de grande valia para nesse sentido.

Em 1987 foi feito um movimento a nível de política agrícola e eu era presidente de sindicato a 1 ano. E a ideia era, porque a política agrícola era precária, ali também precisou da força pra poder que mudassem alguma coisa em torno dos financiamentos. Então houve uma decisão de fazer trancamento de lugares... bancos, estradas... E aí coube a mim né?! O primeiro movimento a nível de regional de trancar banco em 1987. Trancamos todos os bancos aqui em Casca. A minha, a nossa equipe do sindicato... Todos os bancos e a RS [324], trancamos a RS! [...] Foi assim, bem histórico isso ali. Muito histórico! Meu Deus do céu! Casca ficou grande aquele dia! Foi assim muito grande, era muito caminhão parado, eram muitos tratores na cidade, era muito...

Figura 6 - Manifestação com o fechamento dos bancos (Casca, março de 1987)



Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca

Figura 7 – Manifestação com o fechamento dos bancos (Casca, março de 1987)



Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca

No álbum de fotos do Sindicato de Casca essas fotos tem como legenda “Manifestação dos agricultores nos dias 30 e 31/03/1987 contra os altos juros e correção monetária cobrados pelas instituições financeiras e outras reivindicações de política agrícola”. A motivação desses protestos dialoga diretamente e evidencia o que discutimos no capítulo 1 sobre a modernização na produção, como a introdução de novos atores como as “instituições financeiras” e os novos problemas que se colocavam para os trabalhadores rurais decorrentes dessas mudanças. Sobre esse movimento, Picolotto afirma que tratou-se de um marco importante da especificidade da pauta dos pequenos agricultores no sul do Brasil, além de nos explicar qual era o contexto nacional em que isso se inseria.

“No ano de 1986, com o lançamento do Plano Cruzado, previa-se o congelamento dos preços dos produtos e fixação das taxas de juros dos financiamentos rurais. Entretanto, passadas as eleições de novembro de 1986, o governo lançou o Plano Cruzado II fazendo, entre outras coisas, alterações nas fórmulas de correção e juros do crédito rural. Apenas entre janeiro e março de 1987 a correção monetária dos financiamentos aumentou 70% ao mesmo tempo em que os preços dos produtos agrícolas e as taxas de câmbio permaneciam congeladas. Essa medida causou forte reação das organizações de pequenos produtores. Uma proposta elaborada por sindicalistas ligados à CUT de organizar mobilizações foi apresentada a uma assembleia de dirigentes da FETAG, levando a Federação e os sindicatos a assumirem a organização de vários protestos no mês de abril, com trancamento de bancos e rodovias e elaboração de uma pauta de reivindicações em favor da revogação da cobrança da correção monetária dos financiamentos agrícolas dos pequenos agricultores. Mobilizações semelhantes ocorreram em outros estados e o conjunto dessas lutas resultaria na conquista da isenção da correção monetária para os pequenos produtores, com empréstimos de valores até 200 mil cruzeiros.” (PICOLOTTO, 2011, p. 152)

Ao final da citação, Picolotto nos narra a forma como esses protestos foram organizados dentro do movimento sindical, ou seja, dentro da estrutura da FETAG e dos sindicatos municipais. Esse trecho vai ao encontro do que Rosa relatou também. Ela cita que “houve uma decisão de fazer trancamento de lugares”, evidenciando que a opção por agir daquela forma foi tomada por alguém que não Rosa. Nesse caso, possivelmente como vimos com Picolotto, a decisão tenha saído da FETAG. Isso demonstra como Rosa enquanto presidente, além de inserir-se de fato nas pautas mais amplas dos agricultores como a “política agrícola”, também manteve contato e relações dentro da FETAG, inclusive articulando com seus companheiros em Casca a decisão de fazer os trancamentos.

Mesmo militando junto ao sindicato, Rosa relata que viajou inúmeras vezes à Brasília, Bahia, São Paulo, Paraná, etc. Continuou articulando-se nacionalmente junto às trabalhadoras rurais para garantir que suas reivindicações fossem inseridas na nova constituição. Uma das

companheiras de Rosa, Marlise Fernandes, participou diretamente das reuniões da “comissão que vai fiscalizar e avaliar o Novo Sistema Previdenciário” segundo o Boletim nº 4 - “Por que fomos a Brasília” do Movimento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Maio de 1986. Marisangela Lins de Almeida (2020) ao analisar a ação política de trabalhadoras rurais que ao longo da década de 1980, aponta que antes de 1988 cerca de 70 mil cartas e telegramas foram enviadas ao deputado Flávio Bierrenbach (PMDB), relator da Comissão Mista encarregada de dar o parecer ao projeto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, dentre elas muitas cartas de trabalhadoras rurais.

Portanto, essas evidências demonstram que a década de 1980 foi marcada por uma forte mobilização das trabalhadoras rurais a fim de garantir que seus direitos fossem garantidos pela Constituição. Essa mobilização ocorreu, seja em movimentos autônomos, seja dentro dos sindicatos, seja enviando cartas a parlamentares. É nesse sentido que a trajetória militante de Rosa também se inseriu. Ao assumir a presidência do sindicato, por mais que continuasse viajando e participando como pudesse da articulação nacional das mulheres, Rosa passou a desempenhar outra função que, como vimos na situação dos protestos de 1987, demandava que ela assumisse outras responsabilidades e tarefas. De qualquer forma, a Constituição promulgada em 1988 previu os direitos das trabalhadoras rurais que, mesmo garantidos, só foram implementados de fato nos anos 1990. Abaixo vemos uma foto desse período em que o Sindicato de Casca realizou uma cerimônia simbólica de entrega das aposentadorias para as trabalhadoras rurais e Rosa aparece orgulhosa entregando para uma delas sua aposentadoria, depois de anos de militância.

Figura 8 - Cerimônia de entrega simbólica das aposentadorias nos anos 1990 em Casca



Fonte: Acervo do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Casca

Finalizo retomando o trecho da entrevista em que Rosa avalia o resultado de sua militância:

Manuela: E tu considera que foi muito importante essa vitória, tu ter sido presidente... Pra luta das mulheres?

Rosa: Eu acho né... (risos) Acho que sim porque a gente pode ver muitas mulheres felizes, muitas famílias... [...] Era assim, muita reflexão, muito estudo! Pra mim foi uma faculdade! O sindicato pra mim foi uma faculdade! Eu me empenhei e eu fiz, aprendi muito, estou feliz de ter feito essa caminhada!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar parte da trajetória da militante Rosa Maria Lorenzatto Tres foi possível refletir sobre algumas das especificidades das mulheres no campo enquanto trabalhadoras a partir de seu relato e da bibliografia sobre o tema. No primeiro capítulo, exploramos alguns aspectos da infância e juventude de Rosa em uma família numerosa de pequenos agricultores no interior do Rio Grande do Sul. Dessa forma, foi possível compreender algumas das inquietações de Rosa, a partir das observações que a mesma fez sobre suas próprias experiências e das mulheres ao seu redor, principalmente de sua mãe, Pierina. O trabalho pesado, o sofrimento, as dificuldades, as privações e principalmente o fato de que todos esses elementos eram ignorados pela sociedade de uma forma geral motivaram Rosa, anos mais tarde, a partir do incentivo de seu marido Elzir, a iniciar sua caminhada enquanto militante. Foi no sindicato de trabalhadores rurais, em um contexto de efervescência política, que Rosa encontrou pessoas dispostas a compartilharem com ela a construção de um projeto coletivo a fim de mudar essa realidade.

Marisangela Lins de Almeida define que no movimento de trabalhadoras rurais nos anos 1980 aconteceu a sua “construção coletiva como categoria política na luta por legitimidade e reconhecimento de direitos”. Ou seja, pela primeira vez essas mulheres, a despeito de toda a invisibilidade e adversidades às quais foram submetidas, organizaram-se de variadas formas e estratégias, até por vezes divergentes, mas com um objetivo em comum: o reconhecimento profissional e a garantia de seus direitos na nova Constituição. Ao tomarem o espaço público, reivindicaram o direito de serem reconhecidas enquanto trabalhadoras rurais, uma categoria que até então nem existia. Conforme a autora,

“as mulheres do campo brasileiro subverteram um processo histórico de silenciamento e exclusão e desempenharam um papel fundamental na luta por direitos. Esta mobilização política marcou a prática do sindicalismo rural no país, introduziu neste espaço as problemáticas relacionadas às questões de gênero, reivindicando um olhar mais atencioso dos movimentos sociais, poder público e da sociedade para as mulheres e o campesinato.” (ALMEIDA, 2021, p. 182)

A partir dos relatos de Rosa, percebemos o quanto esse processo se construiu de fato de maneira coletiva, considerando as experiências de todas as trabalhadoras rurais que estivessem dispostas a compartilhar suas insatisfações e contribuir para formá-lo. Para que esse projeto se desenvolvesse, figuras como Rosa foram fundamentais para articular e levar o debate cada vez mais longe. O “trabalho de formiguinha”, como uma das companheiras de Rosa define, se estendeu durante anos, realizando inúmeras reuniões em pequenas

comunidades, capelas, seminários, viagens, encontros de formação até que um grupo de mulheres começou a se organizar para realizar o Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais. Esse primeiro encontro tem uma importância central na narrativa de Rosa ao demarcar o êxito da estratégia de articulação e militância que se desenvolvia há alguns anos. Além disso, ao superar as expectativas de suas organizadoras, o evento possibilitou uma demonstração de força àqueles que por muitas vezes desacreditaram da potência da pauta. Dessa forma, o movimento pode se fortalecer, alçar novas estratégias e vôos mais audaciosos como pleitear um lugar em Brasília para discutir as reformas que levariam à nova Constituição e, no caso de Rosa, candidatar-se à presidência do sindicato de trabalhadores rurais, nunca antes ocupado por uma mulher no Rio Grande do Sul.

No segundo capítulo, ao analisarmos sua candidatura, campanha, posse e primeiros anos enquanto presidente, podemos perceber que quanto mais Rosa crescia enquanto militante e ocupava o espaço público, que até então não era ocupado por essas mulheres, mais sua capacidade, suas crenças, sua identidade, sua família e sua privacidade foram atacadas e deslegitimadas. Enquanto Rosa militava pelas trabalhadoras rurais junto a outras mulheres, por vezes através dos sindicatos e por vezes de forma autônoma, nada disso ocorreu de forma tão explícita. A partir do momento que decidiu expandir sua luta e ser presidente, os ataques se tornam mais agressivos e até mesmo violentos, tanto por parte de seus adversários quanto por parte de supostos aliados.

Por mais que a trajetória de Rosa tenha algumas especificidades que possibilitaram sua “disponibilidade” para militar de forma quase integral, é inegável que a mesma enfrentou muitas adversidades ao fazer essa escolha. Conciliar a vida de trabalhadora rural, a maternidade e a militância não foi uma tarefa fácil, mas Rosa mostrou que era possível desempenhar todas elas. Mesmo tendo sua vitória contestada assim como sua capacidade para desempenhar o cargo de presidente, Rosa foi eleita 3 vezes, ou seja, por nove anos consecutivos foi presidente do Sindicato, de 1986 a 1995. Nesse meio tempo, criou seus três filhos - Lizandra, Jonatas e Linessa - e até hoje mora na mesma propriedade rural com seu marido Elzir.

Nos próximos parágrafos, retomo o diálogo com Schaaf e Tedeschi que estudaram o MMTR-RS, para recuperar as descobertas da presente pesquisa. Ao desenvolver esse trabalho, concluímos que é muito importante que a historiografia se debruce sobre as

experiências de mulheres militantes em diversos ambientes e períodos. Nos parece que pode ser muito frutífero analisar essas trajetórias, movimentos e atuações.

Alie van der Schaaf (2001, p. 71) afirma que “a concessão dos direitos para as pequenas agricultoras, fez parte da estratégia de “tranquilizar” o meio rural e não representou, na verdade, uma expansão da cidadania.” No mesmo sentido, Losandro Tedeschi (2007, p. 223) afirma que o movimento “não foi capaz de alcançar transformações nas relações de gênero, poder e trabalho, de modo que as pequenas agricultoras pudessem desfrutar de sua cidadania.” Ambos trabalhos apresentam argumentos contundentes para chegar a tais conclusões, além de importantes considerações sobre o tema de modo geral. Consideramos que tais conclusões são fundamentais e ambas pesquisas nos mostram de forma bastante detalhada os motivos que não possibilitaram maiores mudanças no meio rural e um pleno acesso à cidadania para as mulheres.

Entretanto, este trabalho procurou afastar-se de certas dicotomias. Analisamos a trajetória de uma líder sindical, construindo um movimento a partir de suas experiências com muitas dificuldades. Esperamos contribuir ao pensar o movimento e as experiências das trabalhadoras rurais tomando por base uma experiência delimitada. A partir dos trabalhos citados entendemos que, de fato, a conquista dos objetivos aos quais o movimento se propôs não acarretou mudanças estruturais para a vida da maioria das mulheres no campo e essa é uma conclusão importante. Mas cabe também analisar o movimento independente de seu resultado.

Avaliando as narrativas utilizadas para esse trabalho, percebemos que Rosa e outras mulheres envolvidas no movimento consideram suas trajetórias e lutas como êxitos, pois foram vitoriosas naquilo que se propuseram fazer. Constatamos que a militância de Rosa não tinha como propósito romper com o patriarcado, com os homens, ou assumir as pautas feministas daquele período. Rosa tinha uma visão que privilegiava a noção de classe mas, ao mesmo tempo, entendia que as mulheres precisavam de valorização, que precisavam ocupar o poder inclusive, como muitas vezes aparece de forma explícita em seu relato.

Se colocarmos a trajetória de Rosa em perspectiva com a de sua mãe, por exemplo, poderemos entender um pouco essa noção de êxito que ela transparece. Enquanto sua mãe não conseguia ir à missa no domingo pelo grande volume de trabalho que precisava realizar, Rosa conciliou a criação de 3 filhos, o trabalho na roça e militância por mais de uma década. Em

2003, inclusive recebeu o troféu Mulher Cidadã concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em consideração à sua luta pela defesa dos direitos e combate à violência contra a mulher, entre muitos outros prêmios que reconheceram a importância de sua trajetória.

Mais do que conclusões ficam perguntas a serem respondidas, caminhos a serem trilhados por novas pesquisas. Assim como na pesquisa de Schaaf, foi possível perceber que não existiam limites bem definidos no nascente movimento das trabalhadoras rurais nos anos 1980. Havia uma pauta em comum que era discutida em muitos espaços, por pontos de vista e influências diferentes. A própria trajetória de Rosa nos mostra seu envolvimento com o sindicato, chegando a fazer parte da estrutura burocrática do mesmo nos primeiros anos de sua militância quando integrou a Comissão de Educação, e ao mesmo tempo fazendo parte de comissões que organizaram o Primeiro Encontro Estadual, sem muito apoio da FETAG. Ao mesmo tempo há o Movimento Estadual das Trabalhadoras Rurais, como aparece em algumas fontes do acervo de Rosa, e em outros momentos há o Movimento das Margaridas. Nesse sentido, vale considerar o quanto esses relatos e as próprias fontes fora de contexto são influenciados pelas memórias posteriores aos fatos. Nos parece que é depois do Primeiro Encontro que muitos limites são estabelecidos de fato e os grupos foram separando-se conforme suas diferenças.

Para nós cabe destacar que, apesar dessas cisões, o movimento mantinha a pauta do reconhecimento da profissão de trabalhadora rural através da conquista de seus direitos e que nesse sentido foram vitoriosas mesmo que a luta tenha se estendido até os anos 1990. Compreender quais foram os caminhos que levaram as trabalhadoras rurais até Brasília, a sequência de sua luta nos anos 1990, as diferenças e formações dos grupos que existiram nesse período são alguns temas ainda em aberto.

LISTA DE FONTES

Entrevista

Rosa Maria Lorenzatto Tres. *Entrevista concedida por Rosa M. L. Tres para a pesquisadora Manuela Perondi Pavoni em 06/03/2021*. Google Meet (online, Rosa em Casca/RS e Manuela em Guaporé/RS).

Audiovisual

Movimento das Margaridas. *Live em comemoração aos 35 anos do Primeiro Encontro Estadual de Trabalhadoras Rurais*. 17/10/2020, Facebook - Movimento das Margaridas - Resgatando a Memória, disponível em: <https://www.facebook.com/margaridasRS/videos/352798722603175>

Periódicos

Jornal Diário da Manhã. *Eleições STR - Chapa 1 x Chapa 2 venceu a três*. Casca/RS, A.P.R.T.
Movimento Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Boletim nº 4 - “Por que fomos a Brasília”. Maio/1986, A.P.R.T.

Documentos do APRT

Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais. *Manifesto das Mulheres Trabalhadoras Rurais*. 17/10/1985, Porto Alegre/RS. A.P.R.T.
Rosa Maria Lorenzatto Tres. *Caderno de anotações de reuniões*. Casca/RS. A.P.R.T.
Rosa Maria Lorenzatto Tres. *Foto - 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais*. 25 a 30/05/1985. Brasília/DF. A.P.R.T.

Documentos do ASTRC

Rosa Maria Lorenzatto Tres. *Discurso da posse*. 30/06/1986, Casca/RS, A.S.T.R.C.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casca. *Livro de Atas de Assembleias Gerais*. Casca/RS, A.S.T.R.C.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casca. *Livro de Atas de Reuniões de Diretoria e de Comunidades*. Casca/RS, A.S.T.R.C.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casca. *Fotos "Manifestação dos agricultores nos dias 30 e 31/03/1987 contra os altos juros e correção monetária cobrados pelas instituições financeiras e outras reivindicações de política agrícola"*. Casca/RS, A.S.T.R.C.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Casca. *Foto cerimônia de entrega simbólica das aposentadorias nos anos 1990*. Casca/RS, A.S.T.R.C.

Outros

Movimento das Margaridas. *Foto - Primeiro Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais*. 17/10/1985, Estádio Beira Rio, Porto Alegre.

<https://www.facebook.com/margaridasRS/photos/114688607080850>

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- _____. *Ouvir contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. *Projeto História*, São Paulo, (15), abr. 1997.
- ALMEIDA, Marisangela Lins de. Mulheres do campo, sindicalismo e ação política: a construção histórica da categoria trabalhadora rural. *Caminhos da História*, v. 26, n.1 (jan./jun.2021).
- BENETTI, Maria. *INSS e justiça social no campo. Carta de Conjuntura - Fundação de Economia e Estatística (FEE)*. Porto Alegre, Ano 18, nº 10, 2009. <http://carta.fee.tche.br/article/inss-e-justica-social-no-campo/>. Acesso em 11/11/2020.
- BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 7, p. 50-81, jan/jun 2002.
- _____. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Núcleo de estudos, pesquisas e projetos de reforma agrária*. São Paulo, n. 12 (11), Jan.-jun./2008.
- BORDALO, Caroline Araújo. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais de Pernambuco*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais de Desenvolvimento Agricultura e Sociedade - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, p. 74-82, 1996.
- CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos: gênero, raça e geração entre líderes do sindicato de trabalhadores domésticos em Salvador. *Estudos Feministas*, 1992, pp. 57–73. JSTOR, www.jstor.org/stable/43903465.
- _____. Gênero e Poder no Espaço Sindical. *Estudos Feministas*, vol. 3, no. 1, 1995, pp. 29–51. JSTOR, www.jstor.org/stable/43904512.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA. *Previdência social rural: potencialidades e desafios*. Brasília/DF, julho de 2016. http://www.contag.org.br/arquivos/relatorio_previdencia%202.pdf. Acesso em 11/11/2020.
- FAVARETO, Arilson. *Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT*. Dissertação de Mestrado em Sociologia - Unicamp, Campinas/SP, 2001.
- GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância: notas sobre as possibilidades de uma outra história da ação política. *Cadernos Pagu* (8/9) 1997: p.319-342.
- MARANHÃO, Rebecca Lima Albuquerque; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. *Texto para Discussão: Previdência Rural no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018.
- MORAES, Márcia de Fátima de. *História oral, memória e geração: narrativas de mulheres rurais do município de Lagoão-RS (1942-2019)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Porto Alegre, 2020.

- PAULILO, Maria Inez. Trabalho familiar: Uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 229-252, janeiro-abril/2004.
- PAULILO, Maria Inez; SILVA, Cristiani Bereta da. Memórias de Luci Choinaski: histórias e lutas pelos direitos das mulheres camponesas. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org). *Gênero e Geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964 : História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História (São Paulo) versão On-line*. Vol. 24, n.1, Franca, 2005.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz & Terra, 2017.
- PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. *As Mãos que Alimentam a Nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- RODEGHERO, Carla Simone. Campo x cidade: o discurso católico frente à modernização da agricultura no Rio Grande do Sul. *Anos 90*. Porto Alegre: n° 7, p. 148 – 176, julho de 1997.
- RODEGHERO, Carla S.; GUAZZELLI, Dante G.; DIENSTMANN, Gabriel. *Não calo o grito: memória visual da ditadura civil-militar no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.
- SANTOS, Aline Maiara Demétrio. *Trajetórias de mulheres agricultoras em lideranças políticas: resistências e conquistas*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco/PR, 2019.
- SCHAAF, Alie Van Der. *Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e da igualdade de gênero no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2001.
- SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade: Porto Alegre*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.
- SINGER, Paul. “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento.” In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, v.11, p. 259.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970-1990)*. Tese de Doutorado em História - UNISINOS, São Leopoldo/RS, 2007.
- _____. Meu nome é “ajuda”: A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. *Contexto e Educação - Editora UNIJUÍ* - Ano 19 - n° 71/72 - Jan./Dez. 2004 - P. 45 – 64.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1999.